



## MUNICÍPIO DE AVEIRO Assembleia Municipal

### ACTA N.º 45

Sessão Ordinária Junho

2.ª Reunião em 24/06/2016

Aos vinte e quatro dias do mês de Junho do ano dois mil e dezasseis, reuniu a Assembleia Municipal de Aveiro, no edifício sede, sito na Avenida Lourenço Peixinho, presidida pelo Presidente António do Pranto Nogueira Leite, Secretariado pela Primeira Secretária Maria José Teixeira de Moraes Afonso França e pelo Segundo Secretário Jorge Carvalho Arroiteia, e com a presença dos Vogais, Maria Cristina Macedo da Costa Veiga, Mónica Filipa Cristovão Gomes, Manuel José Prior Pedreira das Neves, Simão Pedro da Fonseca Tavares Quina, Susana Cristina Chaves Baptista Esteves, David Paiva Martins, Casimiro Simões Calafate, Ângela Maria Bento Nunes Saraiva de Almeida, Firmino Marques Ferreira, Victor Manuel Marques de Oliveira, Fernando Tavares Marques, Gonçalo Nuno Caetano Alves, Maria Arminda Rodrigues de Sousa Correia, Jorge Manuel Henriques Medeiros Greno, Anabela de Almeida Saraiva, Paulo Jorge Coimbra Fontes, Ana Maria Pinho Seiça Neves Ferreira, Carlos Francisco da Cunha Picado, João Alberto Simões Barbosa, Jaime Manuel Pereira dos Reis Vinagre, António Ildebrando Nunes Costeira, Manuel Viera dos Santos, Jorge Manuel do Nascimento, Rui Lima Batista, Aida Isabel Pereira Tavares, Nuno Frederico Miranda Leite, Rita Alexandra Monteiro Batista e António Manuel de Brito Moreira.<sup>001</sup>

Pelas 20:30 horas, o Presidente da Mesa declarou aberta a reunião.

Nesta reunião da sessão faltaram os Vogais Henrique Manuel Moraes Diz, Daniela Marisa Pereira de Magalhães, Eduardo Anselmo Moreira Fernandes de Castro, Maria Cristina Regales de Jesus Pires, e o presidente de junta Antero Marques dos Santos.

Por parte da Câmara Municipal estavam presentes, o Presidente da Câmara José Agostinho Ribau Esteves, o Vice-Presidente Jorge Manuel Mengo Ratola (chegou às 21:50 horas), e os Vereadores, Carla Raquel Castro da Rocha Madureira, Manuel Oliveira de Sousa, Paula Cristina Dias Urbano Antunes, e Rita Alexandra Verdade da Encarnação (chegou às 21:45 horas).

Não estiveram presentes os Vereadores Luís Miguel Capão Filipe, Maria do Rosário Lopes Carvalho, e João Francisco Carvalho de Sousa.

Seguidamente, nos termos do artigo 78.º da Lei n.º 169/99 de 18 de setembro, na redação dada pela Lei n.º 5-A/2002 de 11 de janeiro, o Presidente da Mesa deu conhecimento ao plenário da substituição nesta reunião dos vogais Victor Manuel da Silva Martins, Ricardo Jorge Trindade Sabino, Carlos Filipe de Andrade Neto Brandão, Nuno Manuel Marques Pereira, Maria da Luz Nolasco Cardoso, António do Santos Costa, João Pedro Rodrigues dos Santos Dias, e Filipe Seiça Neves Barbado Guerra, pelos sucedâneos na lista de candidatura, respetivamente, Maria Cristina Macedo da Costa Veiga, Jorge Manuel Henriques de Medeiros Greno, Anabela de Almeida Saraiva, Paulo Jorge Coimbra Fontes, Rui Lima Batista, Aida Isabel Pereira Tavares, Rita Alexandra Monteiro Batista, e António Manuel de Brito Moreira.

Também e nos termos da legislação em vigor, o Presidente da Mesa informou que os Presidentes de Junta de Freguesia, João Carlos Rodrigues Morgado, Henrique da Rocha Vieira, se fizeram substituir nesta reunião, por Manuel Vieira dos Santos, e Nuno Frederico Miranda Leite, respectivamente.<sup>002</sup>

Os sucedâneos nas listas de candidaturas, Olinto Henrique da Cruz Ravara, João Carlos Martins Valente, Bruno Miguel Ribeiro Costa, Maria Leonor Nunes dos Reis, Ernesto Carlos Rodrigues Barros, João Condinho Vargas, e António Manuel Santos Salavessa, pediram escusa.

Foram efetuados os reconhecimentos de poderes.

Continuando o Presidente da Mesa deu continuidade à “Ordem-do-Dia” constante da Convocatória para a Sessão Ordinária de Junho.

## **Ponto 2 – Informação sobre a Atividade Municipal de 12ABR16 a 12JUN16.**

*(O texto da Informação Escrita do Presidente da Câmara Municipal foi distribuído a todos os membros da Assembleia e faz parte integrante do original desta ata, em anexo).*

*(As intervenções, nos termos regimentais, tem como suporte gravação áudio.)*

O Presidente da Mesa da Assembleia deu a palavra<sup>003</sup> ao Presidente da Câmara para fazer a apresentação da Informação Escrita da Atividade Municipal.

### Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara:<sup>004</sup>

*“Duas ou três notas em jeito de introdução ao ponto para dar nota de destaque àquelas matérias que já estão, elas próprias, nos primeiros pontos da exposição e uma ou outra que estão em vários pontos.*

*Deixar a nota de registo como um facto muito importante; já o tratámos no primeiro ponto da ordem de trabalhos desta assembleia mas devo fazer uma referência complementar e que tem a ver com o pagamento das dívidas, de cinquenta por cento da dívida total que a Câmara Municipal tem às nossas Juntas de Freguesia, num valor total de quinhentos e cinquenta mil euros que pagámos no passado dia quinze de Abril. Também o acto que praticámos hoje e que tem a ver com assinatura pública dos contratos de delegação de competências que aqui aprovámos, faz hoje oito dias, na Assembleia Municipal e que culminam todo o processo negocial e formal depois de toda a volta dada nos órgãos municipais e nos órgãos de freguesia os quais, todos eles, validaram a proposta de base que em conjunto conseguimos construir. Portanto, o acto último formal está praticado, foi praticado hoje, que foi a assinatura dos dez contractos. A partir do próximo dia um de Julho estaremos a iniciar a execução formal e operacional dos contractos que assinámos que culminam uma fase muito importante da nossa vida e iniciam uma nova etapa. Como há pouco dizia foi um acto muito importante e é também um acto histórico dados os valores que quisemos assumir neste processo: o valor da transparência, do rigor, do tratamento igual entre iguais, são notas primeiras desta tipologia de trabalhos feitos na cooperação institucional formal e, neste caso, também técnico-financeira entre a nossa Câmara Municipal e as nossas dez Juntas de Freguesia e de União de Freguesia.*

*Em segundo lugar, o pagamento de dívidas às associações como mais um elemento do conjunto de objetivos que fixámos no tal despacho de medidas extraordinárias de gestão do dia vinte de Março. Com esse despacho estamos a desenvolver, já executando, já estamos no grupo final das que faltam executar, das quais a mais complexa, embora em pleno desenvolvimento é o PAM II, mas todas as outras, nomeadamente o pagamento das dívidas assumidas, estão em curso. Materializámos já o pagamento das dívidas às nossas associações porque há uma questão particularmente delicada de associações privadas sem fins lucrativos, geridas por cidadãos voluntários, para com as quais a Câmara não honrou os seus compromissos. Obviamente que isto é uma situação particularmente delicada e crítica que exigia que nós tivéssemos colocado as associações, como colocámos, no pacote das medidas extraordinárias de gestão. Prossegue esse trabalho, já nos falta muito pouco para fechar o pagamento de todas essas dívidas e aquelas que ainda não estão tem a ver com questões processuais porque ainda faltam as declarações da Segurança Social ou das Finanças, são apenas questões desta natureza, mas já estamos mesmo na recta final do grupo que se referenciou nas entidades às quais a Câmara Municipal de Aveiro deve menos de cinquenta mil euros.*

*Cabe também destaque para as operações de inauguração e activação de um conjunto de edifícios que construímos no quadro dos financiamentos do QREN e que marcaram a salvação dos financiamentos, todos eles estiverem em causa, em risco de perda, e num dos casos, aquele que inauguraremos amanhã, o CarSurf em S. Jacinto, tivemos alguma perda porque alguma parte da execução da obra caiu física e formalmente sobre dois mil e dezasseis e aí já não há elegibilidade possível. Ficámos com um nível de cofinanciamento no CarSurf de cerca de cinquenta por cento quando poderíamos ter ficado com um nível de cofinanciamento em cerca de sessenta e cinco por cento. Mas fechamos com a inauguração e activação do CarSurf este leque de objetivos importantes que conseguimos cumprir no quadro do financiamento do QREN e que teve, no passado domingo, o penúltimo episódio com a inauguração e activação do nosso Centro de Interpretação Ambiental, do edifício sede agora cogerido com o Cais da Ribeira de Esgueira, com o Parque Ribeirinho de Requeixo e o Parque Ribeirinho do Carregal, executados no âmbito da cooperação entre a Câmara e a nossa empresa Polis Litoral Ria de Aveiro, projeto Câmara com execução física e pagamento e execução financeira maioritária, porque nós temos uma participação de quinze por cento, pela empresa Polis Litoral Ria de Aveiro. E, obviamente, as duas USFs que foram uma marca especial, dois objetivos com uma importância relevante porquês estão numa área, a da saúde, particularmente importante para a vida de todos nós; e dois velhos passivos, dois muito velhos passivos, que tínhamos no nosso Município com a situação que se vivia em Esgueira e em Cacia. Portanto, a marca de activação e inauguração que marcou o fim desse passivo e a disponibilização de dois edifícios com grande qualidade, com todas as boas condições para que os profissionais façam bem, o melhor possível, o seu trabalho e que os utentes tenham também, no edifício, uma nota de qualidade muito importante para tratarem daquilo que mais nos é essencial à nossa vida e que é a saúde.*

*A última nota para um conjunto de obras, a informação fala de várias, umas de mais pequena dimensão, outras de maior dimensão, basicamente na área das estradas, da qualificação urbana. Referência principal, obviamente, para a Variante de Cacia e que é a maior de todas. Neste momento o processo está em visto do Tribunal de Contas, já chegou o ofício com as questões, já respondemos a esse mesmo ofício, aguardamos agora a decisão final ou um segundo ofício com questões. Estão as reuniões de preparação dos trabalhos técnicos com o empreiteiro todas executadas. Aliás, numa das reuniões fui eu próprio que estive porque é um empreiteiro que vem trabalhar connosco pela primeira vez e, portanto, há que estabelecer todos os laços para que esta relação*

*seja boa, como é evidente. E está já terminado o processo de compra dos terrenos, de todos os terrenos necessários para a construção da variante e para a construção da nova fábrica da Portucel, num investimento total de um vírgula três milhões de euros, das quais quase um milhão é do Grupo Navigator Company e trezentos e tal mil são da Câmara Municipal. Fizemos todo o processo, todas as escrituras pagas no acto da escritura com cheques com cobertura. Portanto, esse processo está todo tratado e está tudo pronto para que chegado o visto possamos consignar a obra e seguir o seu caminho.*

*Está em curso, como é sabido e conhecido, a Rotunda do Botafogo; está em curso a requalificação urbana do Bairro da Gulbenkian; está em curso a qualificação da Rua José Estêvão, e outras se seguirão, umas já adjudicadas, várias intervenções. Uma que nos preocupa muito que é uma estrada em Mataduchos perto do Cais da Ribeira de Esgueira que tem um risco de ruína muito complexo, mas que já estão os actos preparatórios por parte do empreiteiro, ao qual adjudicarmos a obra, no terreno para arrancar a obra antes que chegue o próximo inverno para que ela possa estar pronto, porque, de facto, cada inverno que chega o risco de derrocada aumenta substancialmente. Há um conjunto de operações nestas áreas onde podemos andar, porque são áreas dos serviços públicos essenciais, onde temos várias frentes e a informação referencia algumas delas.*

*Sr. Presidente, caros colegas, são as notas para esta introdução; estarei ao dispor para as questões que entendam por bem e para na próxima volta de respostas responder também às questões colocadas no Período de Antes da Ordem do Dia.”*

#### Membros da Assembleia

Vogal António Moreira (PCP) — Nos termos do n.º 2 do artigo 46.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata:[005](#)

*“Muito boa noite Senhor Presidente. Algumas notas e algumas reflexões sobre a atividade da Câmara e sobre aquilo que está acontecer em Aveiro.*

*A primeira nota que nos salta é relativa à feira do livro que está a decorrer no mercado Manuel Firmino. Comparado com algumas feiras do livro que já tivemos em Aveiro de facto uma feira de pouca expressão e que merecia da Câmara uma atenção diferente e uma localização diferente para a Feira. Fica aqui a nota. Achamos importante que pudéssemos dar uma expressão diferente a essa atividade cultural tão importante.*

*Depois de enaltecer o pagamento às Associações desportivas. Eram de facto compromissos que tinham tido há muitos anos e a questão surge para perceber um bocadinho o que é que acontece às associações com dívidas superiores a 50 mil euros, se existem. Estou a lembrar-me da situação do Taboeira e do protocolo pela altura do Euro 2004 dos campos desportivos que não existem.*

*Portanto esta uma situação que estava um pouco para ser resolvida com o PAM e que julgo está bloqueada.*

*E também ver esta situação que acontece um bocadinho em Aveiro que é nós sermos uma cidade portajada quer dentro quer fora. Somos portajados pelas SCUTS e entramos dentro da Cidade e voltamos a ter de pagar nos nossos estacionamento. E temos mais umas propostas de alargamento de estacionamento existentes e passarão a ser pagas. Tudo isto depois vai juntar-se ao ponto três que temos relativamente às Contas que não nos queremos alongar, mas ficam estas questões por agora.”*

Vogal Rita Batista (BE) — Nos termos do n.º 2 do artigo 46.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata:[006](#)

*“Senhor Presidente, na comunicação escrita é anunciado um concurso para obras em*

68 fogos sociais localizados em seis bairros. O Bloco, é sabido, tem reclamado há muito obras de requalificação do edificado social da autarquia.

No entanto, o valor orçamentado é de cerca de 260 mil euros, o que dá uma média de 3.800 euros por habitação, pelo que colocam algumas questões. O município tem 57 habitações sociais desabitadas por estarem num grande estado de degradação elevado. Após estas obras essas 57 habitações estarão finalmente habitáveis? Importa saber se no final desta obra os 57 fogos intervencionados estão prontos para serem habitados e se serão ocupados por pessoas em lista de espera para obter habitação social.

No Bairro de Santiago a água que sai das torneiras em várias habitações é castanha, já é assim há muito tempo. E por isso também reiteramos a pergunta: após estas obras esse problema ficará resolvido ou não?

A autarquia anuncia ainda, no ponto 10, que dispõe de 47 habitações sociais em condições de serem atribuídas. Pode o Senhor Presidente esclarecer porque é que neste momento há um número tão elevado de habitações por atribuir? E qual a sua origem. A autarquia tem executado despejos?

Em relação ao Glifosato. A licença europeia para o uso do Glifosato na agricultura e no espaço público termina dentro de dias, a 30 de junho. A Comissão Europeia já por três vezes tentou prolongar a licença, por três vezes os Estados-Membros, e bem, chumbaram esse prolongamento.

A oposição dos Estados ao uso deste pesticida potencialmente carcinogénico contrasta com a facilidade com que nesta Assembleia a direita chumbou a proposta do Bloco! Contrasta também com a mudança do voto do PCP na Assembleia da República que chumbou a proposta para a proibição do uso deste pesticida no espaço público.

O Presidente nada diz sobre esta matéria na sua comunicação escrita. No entanto, disse-o na capa do Diário de Aveiro de 2 de Maio. Disse que a Câmara iria deixar de usar Glifosato assim que acabasse o stock. Ora esta afirmação tem duas consequências. A primeira é que desautoriza todas e todos os deputados do PSD e do CDS que nesta Assembleia chumbaram a proposta do Bloco com o argumento de que não havia alternativa.

É o próprio Presidente da Câmara que diz que há e que a vai aplicar, que diz portanto que os deputados do PSD e do CDS não protegeram a saúde pública.

O problema é que Ribau Esteves também não o está a fazer, ao admitir que este é um composto perigoso, mas ao mesmo tempo dizer que vai manter o seu uso até fim do stock. Portanto pergunto-lhe: qual é o stock e quando é o stock acaba? Pergunto ainda se já tem o plano alternativo preparado.

Em relação ao Conservatório. Foi recentemente notícia o estado calamitoso em que se encontram as instalações do Conservatório de Música de Aveiro. A degradação do edifício que alberga uma estrutura que presta um serviço público a Aveiro e que é inaceitável as condições em que opera. Recordamos a decisão errada tomada em 2011 pelo PSD, PS e CDS ao doar o edifício ao Parque Escolar.

Alertámos na altura para os problemas dessa decisão e estão agora à vista com o risco de as entidades públicas poderem perder o edifício. A cláusula 3 do protocolo dava 4 anos ao Ministério da Educação e à Parque para completar as obras. A cláusula 4 prevê que no caso do incumprimento (que se verificou) que o edifício retorne à Câmara Municipal de Aveiro que dispõe de mais quatro anos para realizar as obras. Caso a autarquia também falhe, o edifício sai do património público para a Fundação Calouste Gulbenkian.

Consideramos o protocolo ruinoso para o interesse do Estado. Consideramos ainda que o Governo que deveria ter iniciado e concluído as obras entre 2011 e 2015 falhou. Não defendeu o interesse público. Não zelou pelo ensino da música em Aveiro e pelo

*património de todos nós. A Câmara está também em falta, está a não fazer nada quando devia estar a meter mãos à obra.*

*Sejamos claros, é necessário recuperar o edifício do Conservatório. Primeiro porque a sua degradação é inaceitável e compromete o ensino artístico. Em segundo, porque é necessário manter o edifício no património público. A autarquia está em falha. Exortamos o Sr. Presidente e os senhores Vereadores a defenderem o interesse público e tomarem as decisões e as diligências necessárias para a conclusão atempada das obras.*

*O campo de férias promovido pela Casa Municipal da Juventude. A JSD apoia!? A que título? Apoia com quê? As outras organizações políticas foram contactadas?*

*E para rematar. No seu comentário em relação à Portucel, o Bloco de Esquerda só pode lamentar que a Câmara entre com trezentos mil euros! Apenas dizer que não fosse os Panamá Papers e a autarquia estaria a poupar dinheiro.”*

Vogal Aida Tavares (JPA) — Nos termos do n.º 2 do artigo 46.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata:<sup>007</sup>

*“Muto boa noite. Queria fazer três questões relativamente à atividade municipal. A primeira em relação à meia maratona do Ria de Aveiro que foi realizada em 25d e Abril. Ora eu gostaria de dizer que a celebração da Ria de Aveiro e a celebração do 25 de Abril são dois eventos díspares. Para mim faria mais sentido ter uma meia maratona da Ria de Aveiro no dia da Cidade de Aveiro, por exemplo. Ou então uma meia maratona do 25 de Abril. Mas duas não combinam.*

*Gostava também de perguntar qual foi o verdadeiro ou o real papel da Câmara na inauguração das USF de Esgueira e Cacia? Uma vez que por legislação o papel da Câmara é ínfimo na criação das USF. Para quem se ri eu posso talvez informar que existe um representante da Câmara no Conselho da Comunidade dos ACES. E o Conselho do ACES não tem poder executivo. É apenas um órgão consultivo.*

*Para terminar fazer um terceiro comentário. Vou aproveitar que tenho o meu tempo de antena e gostava de perguntar pelas áreas de reabilitação urbana? Parece que os planos não foram aprovados, não temos uma planta, o que quer dizer que a Câmara não vai ter a possibilidade de se candidatar aos planos estratégicos de desenvolvimento urbano do Portugal 20-20. Portanto como é que vamos resolver este aparente dificuldade de prazos. É só”*

Vogal Jorge Nascimento (JPA)<sup>008</sup>

Vogal Caetano Alves (CDS) — Nos termos do n.º 2 do artigo 46.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata:<sup>009</sup>

*“Nós aqui nesta bancada estamos regozijadíssimos porque após dois anos de tempo a arrumar a casa e começando pela primeira vez a cobrar estacionamento. Porque parece que antigamente não havia parques pagos em Aveiro. Com 5 milhões que guardou até agora para pagar às juntas durante dois anos. Mas que foi oportuno pelo que vimos hoje à tarde todos os presidentes de junta estavam satisfeitos e até augurando um futuro promissor da forma como podem trabalhar a partir de agora. Enfim...*

*Estes dois anos que eu compararia com a seleção que foi empatar, empatar, mas a segurar para que não houvesse nenhum golo transviado. Permitiram estabelecer um patamar de segurança que nos permite ver agora em 5 meses os que conseguimos fazer depois de regularizar tudo o ficou por regularizar no anterior executivo e assegurar de factos as coisas importantíssimas na gestão desta Câmara. E para além dos pagamentos às juntas e às associações, que não é para depois, pois as juntas e as associações têm demonstrado isso publicamente, podemos voltar a trabalhar normalmente.*

*Este contrato de delegação de competências é de facto um instrumento de gestão, na verdade se fosse do ponto de vista Tayloriano era em pirâmide, provavelmente como dizem outros autores este pode ser um modelo em trevo, centralizado, mas descorrente para que todos possam funcionar mais celular, mas que permite de facto que quem está junto dos problemas e das povoações e dos nossos municípios, porque nós aqui temos de ver na perspectiva dos municípios de Nariz e da Lourenço Peixinho, com a mesma igualdade de necessidade de qualidade de vida. E esta é claramente a melhor forma. Enfim, depois deste assunto voltamos a falar de novo na habitação social e na recuperação do que temos para dar melhores condições às pessoas que mais precisam, mas desfavorecidas.*

*As Unidades de Saúde pelos vistos não vinham do executivo anterior e começou agora neste e já se inauguraram não é.*

*As inaugurações desta semana como o Car Surf. Em que tive o privilégio de conduzir essa candidatura em 2009 e que vamos agora inaugurar. Presumo que não é porque o executivo anterior não pudesse, mas deixou para este executivo. Também o CMIA, enfim. Eu dos 66 itens de trabalho aqui identificados gostava de sublinhar estes, mas também queria referir um que me é querido que é o Empreendedorismo nas Escolas. Que é um assunto que eu também me recordo de iniciar e se mantém ativo. E numa comunidade como a nossa de Aveiro onde o empreendedorismo e a livre iniciativa sempre fizeram parte da nossa identidade local e dos indivíduos que aqui formam inclusive nas nossas instituições de ensino parece-me bem sublinhar esta atividade .*

*E no meio disto tudo, em 5 meses, a Câmara ainda conseguiu reduzir 4 milhões de euros às instituições de crédito, 1 milhão de euros a fornecedores, mas de 200 mil euros a fornecedores de imobilizado, mais de um milhão de euros em leasing, 450 mil ao Estado e outros e mais 600 mil de outros credores.*

*Enfim, em 5 meses conseguiu-se deduzir à dívida 7 milhões de euros depois dos mais de 20 milhões nos dois anos que estivemos a controlar e a segurar tudo para que não entrasse nenhum golo em flagrante. Eu diria que estamos naquele momento de ir para os oitavos de final porque é agora que vamos conseguir ganhar o campeonato. Muito obrigado.”*

Vogal António Costeira (PS) — Nos termos do n.º 2 do artigo 46.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata:[010](#)

*“Obrigado Senhor Presidente. Só queria aqui falar sobre três assuntos na sequência de informação prestada pelo Senhor Presidente da Câmara.*

*Relativamente ao abrigo de passageiros do lado do Forte da Barra, vi com agrado de finalmente a situação estar resolvida. Já falei com o Senhor Presidente nisto várias vezes e ele explicou-me a situação deste imbróglcio. E o facto deste assunto ficar resolvido de uma vez por todas é uma situação que me deixa bastante feliz porque efetivamente os passageiros que utilizam os transportes fluviais nomeadamente no inverno, passavam alguns dissabores com o que lá se encontra.*

*Em segundo lugar queria referir-me à inauguração do Carsurf amanhã em São Jacinto. Também acompanhei esta obra desde o início, desde 2009, na escolha do espaço e do lugar onde hoje se encontra o Carsurf instalado. E ao longo destes anos vi alguns imbróglcios também e algumas dificuldades em resolver este problema. Ainda bem que isto teve um final feliz. Ainda bem que vai ser inaugurado amanhã para bem de todos e para bem do desporto a nível nacional porque como sabemos é um dos sete centros de alto rendimento de surf nacional.*

*Por último, não vem na comunicação do Senhor Presidente, talvez pelo facto do período não ser propício, mas eu não vou deixar de falar sobre a bandeira azul.*

*E não vou deixar de falar porque efetivamente são já dez anos. São dez anos de manutenção deste desígnio municipal da única praia do concelho de Aveiro. Que tem os seus limites é claro, mas que durante dez anos conseguiu manter a qualidade integra e mantendo sempre esta bandeira. Este ano também temos a bandeira de praia de ouro, que efetivamente dá à nossa praia a qualidade que ela merece. Muito obrigado.”*

Vogal João Barbosa (PS) — Nos termos do n.º 2 do artigo 46.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata:[011](#)

*“Obrigado Senhor Presidente. Queria aqui chamar atenção de algumas questões e sugestões. E aproveitando o alerta dado pelo Senhor Presidente da Câmara achando que a Região de Turismo do Centro não pode funcionar bem. Não pode haver uma promoção de qualidade sendo constituída por 100 municípios. Mesmo fazendo parte do seu executivo e publicitando que vai requalificar as pontes com as receitas dos moliceiros, achamos que estes benefícios deveriam ser canalizados em primeiro lugar para oferecer melhor qualidade e segurança de quem se serve das viagens turísticas nos canais.*

*Não nos esquecemos que as viagens nos canais é se calhar a única atração turística em Aveiro. E nesta situação a Câmara tem responsabilidades na imagem e segurança dos mesmos.*

*A qualidade de segurança oferecida no embarque é muito deficiente e perigosa. Duas empresas têm trapiches de embarque, há segurança. As outras fazem o embarque com uma oferta numas condições mínimas e perigosíssimas. Os idosos, os deficientes, as crianças, têm de descer um degrau com 50 centímetros de altura. A Câmara tem total responsabilidade nisto. A Câmara esquece algumas vezes das pessoas. As pessoas não devem ficar em último lugar. Exige-se muito mais atenção e obra. O Verão está aí. Os turistas e excursionistas merecem.*

*Segundo. Algum do conhecimento da nossa história e raízes é feito através de monumentos. É uma atitude social de cidadania o respeito e preservação dos nossos monumentos. É lamentável que o monumento à Música, existente no Alboi, esteja com as placas a cair há meses, há um ano pelo menos e ninguém liga.*

*O busto ao José Rabumba não tem identificação — e os turistas perguntam muitas vezes quem é e a quem se refere.*

*O monumento à Aviação Naval desapareceu. As pessoas questionam-se sobre o desleixo que existe. A Câmara já notificou este mês a sua colocação até 2017 de uma réplica. Seria correto uma indicação no local do que existe.*

*Requalificação das ruas Agostinho Pinheiro, Barbosa de Magalhães e José Estevão. Pergunto: não seria mais importante fazer-se primeiro a requalificação da Rua do Gravito? Afirmando, porque primeiras as pessoas e as crianças em primeiro lugar. Não esquecemos que os carrinhos de bebé ou de deficientes, tem de transitar no meio da rua.*

*Por último. Plano Municipal de Emergência da Protecção Civil de Aveiro! Não seria correto realizar-se uma reunião do Conselho Municipal de Segurança — até para dar conhecimento deste plano? A última reunião fez-se há ano e meio. Prometeu-se que o Conselho reunia passados seis meses. Será que o Senhor Presidente não gosta de diálogo, não gosta de partilhar? Tem de mostrar que atende as pessoas, que ouve as pessoas, que fala com elas. Terminei dizendo, as pessoas, a proximidade. Um autarca que não liga às pessoas, não as recebe, não se merece. Espero que saia daqui alguma coisa daquilo que digo hoje.”*

Vogal Anabela Saraiva (PS)[012](#)



Vogal Ana Seíça Neves (PS) — Nos termos do n.º 2 do artigo 46.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata:[013](#)

*“Boa noite a todos. A atividade da Câmara durante este período mereceu-me algumas considerações que passo a expor.*

*Volto a falar dos famosos processos jurídicos. Continuo sem perceber quantos processos terminaram, quais os processos em que fizeram acordos, qual é o valor que estão a pagar, porque eu acho que era interessante nós sabermos esses valores.*

*Também acho muito interessante o protocolo com o estabelecimento prisional de Aveiro que falam aqui entre o Estabelecimento prisional e a Câmara por causa da Biblioteca Municipal. Não sei se alguém conhece o tipo de livros que se encontram naquela Biblioteca — que são absolutamente assustadores. Não têm lá os livros da Anita, mas pouco falta. Nós sabemos que o público a quem se dedica aquela Biblioteca não tem hábitos de leitura a maior parte deles. Mas os livros que lá estavam não eram minimamente interessantes para ninguém, muito menos as que lá estão. Portanto vejo com muito bons olhos este protocolo e espero que os livros que passam a estar na Biblioteca, que um dia deste irei lá ver, sejam realmente interessantes e motivem as pessoas.*

*Já hoje aqui ouvi falar dos transportes turísticos e que me merecem também esta nota. Aveiro está cheio de turistas (graças a deus), acho muito interessante a quantidade de pessoas que nos visitam sejam elas nacionais ou estrangeiros, mas há uma queixa que começa a ser grande. É que muitas vezes estas viagens pela Ria são compradas muito antes e são numa determinada perspectiva e com um determinado número de tempo, que os operadores dos moliceiros não estão a cumprir. De maneira que aquilo que parece muito interessante, qualquer dia as pessoas começam a achar que estão a ser enganados — o que ninguém quer. Nem a Câmara, nem nós, nem ninguém que esteja interessado no desenvolvimento da nossa cidade.*

*Quanto à habitação social também tinha algumas perguntas para fazer. Além destas casas, apartamentos e moradias, há mais para poderem remodelar ou restaurar ou são só estas?*

*No Canal de São Roque vão fazer alterações. Que alterações? O que dizem aqui é que o que existia teve um prazo e que agora vai ser remodelado. Que tipo de remodelação pretendem fazer. Sendo certo que aquela zona é muito frequentada pelas pessoas que gostam de fazer as suas caminhadas durante todo o ano, mas agora sobretudo no Verão. Interessante também é chamar atenção para a fiscalização do estacionamento. Durante muito tempo a fiscalização não se fazia de repente deu uma vontade enorme de fiscalizar. E a fiscalização agora até se faz às 10, 11 horas da noite. À meia-noite. É uma coisa impressionante! Não percebo porquê. Sei que é preciso o estacionamento esteja bem fiscalizado, mas assim também me parece que é um bocadinho de exagero. Não há lógica nenhuma andar a fiscalizar o estacionamento à meia-noite. Não consigo perceber.*

*Queria chamar a atenção finalmente para o seguinte. A Comissão de Protecção CPCJ foi mudada de local. Estava nos Paços do Concelho e por causa da reformulação dos serviços veio parar ali na antiga fábrica campos. Aquilo não me parece que tenha grandes condições. A sala que lhes foi entregue tem atrás uma caixa multibanco e houve-se perfeitamente as pessoas a irem ao multibanco, o barulho de tirar e por e tal.*

*Também há uma situação que devíamos ter em consideração dado o serviço importante que a Comissão faz. É que as técnicas que lá estão não são em número suficiente. São retiradas aos seus serviços e estão algum tempo e depois saem e depois voltam — isto não dá continuidade nos serviços. A Comissão de Protecção tem um trabalho que é fundamental. Que é sinalizar as crianças que estão em risco. E esse trabalho não pode ser feito, agora vai uma técnica depois vai outra, ou está dependente desses assuntos.*

*Finalmente dizer, Senhor Presidente, estou realmente espantada com a atividade que vai por esta Câmara a fazer requalificação das ruas desta cidade. Gostaria de perceber porque só agora se fez. E gostaria de perceber porque escolheram aquelas ruas e não outras. É que neste momento com a atividade que vê por causa do turismo é uma situação que causa grandes embaraços. E é extraordinário como é que só agora se lembraram de fazer a requalificação passado este tempo todo. Só agora é que teve dinheiro para fazer isto? Estou a fazer a pergunta francamente, não tem outro objetivo. Gostava de perceber porque andámos tanto tempo a dizer que faltava isto, faltava aquilo e de repente há obras em várias ruas nesta cidade. É tudo. ”*

Vogal Francisco Picado (PS) — Nos termos do n.º 2 do artigo 46.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata:[014](#)

*“Boa noite a todos. Vou ser muito curto nesta intervenção. Duas questões que não vislumbro na Comunicação do Senhor Presidente neste período. O ponto de situação do PAM e o ponto de situação do Concurso dos transportes públicos. É só”*

Presidente da Mesa:[015](#)

*“Bom antes de falarem duas pessoas que se inscreveram do PSD, gostava de dizer o seguinte: Como originário que sou da zona rural do concelho, onde frequento assiduamente, há um aspecto que tem vindo a ganhar — enfim, não é de agora, não é da sua gestão, vem de trás. Tem vindo a ganhar foros de muito preocupante, sobretudo para quem como eu tem origem rural — e que tem a ver com o facto de a minha geração, entendeu não usar em circunstância alguma as casas dos seus antepassados e foi construir geralmente para ruas secundárias.*

*E temos as ruas principais das nossas principais localidades, Freguesias de Nariz, N.S. Fátima e Requeixo. Bastante em Eirol, menos em Eixo. Muito na freguesia de Oliveirinha, bastante em São Bernardo e alguma coisa em Aradas, para não falar de Cacia, temos muitas casas abandonadas. Há muitos anos.*

*Algumas são centros recorrentes de prostituição e tráfico de droga. A Policia e a GNR conhecem, mas declaram não terem meios para atuarem.*

*Algumas são apenas ocasionalmente zona de prática desses atos e isso prejudica fortemente a nossa população rural.*

*Eu sei que a população urbana em geral reclama mais é mais visível. Sei também que os Senhores Presidentes de Junta têm toda muita boa vontade de resolver esses assuntos, mas muita vezes a proximidade também é um entrave a que se possa ser eficaz. Enfim, são muitos casos.*

*Portanto eu fazia um apelo para que os Senhores Presidentes de Junta e a Vereação olhassem para isso. Não é muito visível no Centro da Cidade, mas tem-se deteriorado progressivamente ao longo dos anos a qualidade de vida das zonas rurais do concelho, que só não são mais desfavorecidas como acabam por ter entre a atividade normal dos seus habitantes verdadeiras ilhas de crime. Sobretudo à noite e para os quais as forças policiais não têm dado resposta. E há nomeadamente relativamente aos proprietários relapsos formas de os levar a serem menos relapsos.*

*Enfim, deixava aqui um apelo. Se viajarem pelas freguesias rurais verão que não é um exagero. Há muitos casos. E se falarem com os habitantes em primeira mão verão que há muita gente desprotegida, envelhecida, muitas vezes com poucos meios económicos e pouca voz no plano político, que sofrem fortemente com essas situações.*

*Portanto, deixava aqui um apelo. Faço-o desta forma. Espero que não me levem a mal. Espero que não me encarem como o chefe dos descamisados, mas como tenho uma*

*vivência permanente nessas zonas, ao fim destes anos todos, não podia deixar de usar esta minha posição para fazer de uma forma mais pública este apelo porque é algo que francamente me preocupa.”*

Vogal Fernando Marques (PPD/PSD)<sup>016</sup>

Vogal Ângela Almeida (PPD/PSD)<sup>017</sup>

Vogal Casimiro Calafate (PPD/PSD)<sup>018</sup>

Vogal Jorge Nascimento (JPA)<sup>019</sup>

Vogal Casimiro Calafate (PPD/PSD)<sup>020</sup>

Vogal Aida Tavares (JPA)<sup>021</sup>

Vogal Susana Esteves (PPD/PSD) — Nos termos do n.º 2 do artigo 46.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata:<sup>022</sup>

*“Boa noite a todos. Peço desculpa pelo comentário, mas esta Assembleia Municipal hoje parece um bocadinho esquizofrénica. E isto porquê? Vê-se que hoje se vive um bom ambiente com os presidentes de junta felizes e contentes na sua globalidade e depois vemos pessoas de outras áreas que parece que têm necessidade de encrencar a geringonça, digamos assim.*

*Vejo pessoas a queixarem-se de ver obras, ah porque não devia ser agora. Se calhar deveria ser para o final do mandato que era para depois acusar o presidente de eleitoralismo, não é!?*

*Depois vejo pessoas a dizer que a Câmara não tem nada a ver (pelo menos é assim que eu interpretei) com as obras das USF!*

*Depois vejo ali uma sombra grande atrás do Dr. Jorge Nascimento, uma sombra grande, de bigode, suspensórios — só que essa pessoa foi vereador e renunciou ao mandato, o que me parece um bocado cobardia estar a falar por interposta pessoa. Voltemos ao assunto mais correto.*

*De forma muito breve e referindo-me também ao que algumas pessoas já se referiram aqui nos assuntos do dia, eu gostava de dizer só que, tenho muita esperança para esta questão do PEDUCA porque isto sim me parece interessante no âmbito da reabilitação. Ok, não é rural, é na área urbana, mas já se tentaram mil uma coisas para tentar resolver este tipo de coisas e isto vem com propostas muito interessantes. Espera-se que venha com um envelope financeiro interessante também e se calhar vai ser a concretização de um anseio que todos temos há muitos anos.”*

Vogal Simão Quina (PPD/PSD) — Nos termos do n.º 2 do artigo 46.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata:<sup>023</sup>

*“Muito obrigado Senhor Presidente. Boa noite a todos. Algumas notas. Já se falou aqui da inauguração das USF — muito importante. O pagamento de dívidas às Associações também muito importante. Quem está no movimento associativo sabe das dificuldades que tem e esta foi uma boa ajuda.*

*Depois aqui duas iniciativas relativas à juventude que não podia deixar de destacar. Que foi a Assembleia Jovem e a Feira Vocacional e Profissional. São duas iniciativas que fazem parte do manifesto da juventude da Aliança Com Aveiro, Aveiro mais Jovem, e agradecemos ao executivo terem implementado e que são muito válidas.*

*Depois uma outra nota. Falou-se aqui da participação da JSD numa iniciativa da Casa Municipal da Juventude. Penso que a JSD foi a única juventude partidária a responder aos apelos de colaboração da Câmara Municipal. Depois, segundo sei, o Bloco de Esquerda não tem organização de juventude partidária por isso não estaria disponível para participar nisso.*

*Depois também gostaria de referir que desde há uns anos a JSD tem um programa de formação contínuo e consistente que desloca-se às escolas do nosso concelho para fazer formação cívica e política. Nessa formação não é feita nenhuma referencia a partidos políticos nem são usados símbolos nem siglas. É apenas discutido e informa-se os alunos de como é feito o processo de tomada de decisão nos organismos e no ambiente político nacional.*

*Em nenhuma dessas iniciativas é feito o apelo à militância nem ao partidarismo. Nós mantemos uma isenção nessas iniciativas. Acho que a questão do Bloco de Esquerda a tentar levantar aqui um celeuma numa situação...eu acho é que o Bloco de Esquerda devia oferecer-se para ir às escolas e tentar sensibilizar os alunos para a participação política e cívica. Isso é que acho era uma boa iniciativa do Bloco de Esquerda. Muito obrigado.”*

Vogal Manuel Prior (PPD/PSD)<sup>024</sup>

Vogal Jorge Nascimento (JPA)<sup>025</sup>

Presidente da Mesa<sup>026</sup>

(Entretanto saiu da sala o Presidente de Junta António Ildebrando Nunes Costeira).

### Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara:<sup>027</sup>

*“António Moreira, as suas notas sobre a Feira do Livro tem a nossa discordância. A feira do Livro é uma aposta que não correu bem na primeira edição, correu razoavelmente a segunda e esta foi já uma edição a tocar o bom. É uma aposta. Eu sei que há alguma gente que acha que esta cidade tinha que viver sempre no Rossio, nós não. Nós queremos uma cidade grande, aberta, com ações no Cais da Fonte Nova, no Mercado Manuel Firmino, etc. Obviamente que quando se fazem apostas destas e temos a coragem de sair do sítio do costume não é no primeiro dia que as coisas acontecem. Hoje foi o primeiro dia do CMIA aberto e foi lá muito pouca gente. São apostas e a nossa aposta é, por exemplo, dar vida ao Manuel Firmino. E devo dizer que a nossa aposta é reconhecida por quem acompanha o que se passa no Manuel Firmino e é um sucesso muito interessante. E vamos prosseguir. É preciso é ir às coisas e não é de ouvido ou passar lá uma vez para ver o que é que lá se passa. A Feira do Livro, este ano, tem uma nota muito positiva, foi a terceira no Manuel Firmino, neste novo formato, e vamos prosseguir; a quarta será também no Manuel Firmino nesta lógica de crescimento e com ações muito interessantes e algumas delas muito participadas. E é essa a operação que nos interessa, não é ir para o sítio do costume e lá funcionar tudo e fazermos tudo lá. Não, essa não é, claramente, a nossa aposta.*

*Quanto ao Taboeira este é dos problemas mais graves e mais difíceis que temos em mãos. Um dia destes falaremos da matéria mas neste momento ainda não avisado porque a matéria totalmente tratada na sua componente formal, mas o Taboeira pertence ao conjunto das poucas dívidas superiores a cinquenta mil euros que nos termos do despacho das medidas extraordinárias de gestão é para ser pago. Portanto, nessas notas está lá o Taboeira. Só corrigi-lo. Falou em associações desportivas mas aqui não há diferenciação. É o pacote das associações independentemente de serem desportivas, culturais, sociais ou de outro tipo de actividade.*

*Quanto às SCUTs, ao seu problema com as SCUTs, nós ansiamos que o Partido Socialista e o Bloco de Esquerda deem razão ao PCP na vossa luta contra as portagens nas SCUTs mas já percebemos que está a correr mal. Estamos a tentar perceber o que é que o Primeiro-ministro quis dizer no debate parlamentar com a redução. Esta coisa da*

*redução sem matemática ao lado é um problema complicado. Por isso, eu exercitei no meu comentário público que se a redução for um por cento é ridícula, se for dez por cento não serve para nada, se for cinquenta por cento é muito interessante. Mas até agora não sabemos nada sobre a matemática da redução, sabendo que a proposta do Partido Comunista era a extinção total.*

*Quanto ao estacionamento, a lógica que nós seguimos, deixando só sumariada, é uma lógica de no núcleo mais central, onde a pressão da rotação é mais alta, nomeadamente por causa do acesso a comércio e serviços, temos uma tarifa mais alta. Depois há um círculo circundante a esta zona mais central onde a tarifa é metade da primeira. Depois temos ainda uma zona mais externa onde existem grandes parques de estacionamento todos sem pagamento. Destes grandes parques de estacionamento até às zonas centrais, a pé, há deslocações máximas entre dez a quinze minutos. Esta é a nossa estratégia de gestão de uma cidade que tem um desequilíbrio muito acentuado entre o número de residentes e o número de utilizadores em benefício deste segundo grupo, do grupo dos utilizadores, o que causa uma pressão sobre as zonas de estacionamento muito forte. É uma estratégia que vem correndo bem e nós próprios vamos tentando melhorar a sua gestão e a sua relação. Obviamente que é preciso acompanhar bem. A última aplicação que fizemos foi na zona envolvente às piscinas do Sporting Clube de Aveiro. Falem com os moradores. Aquela pressão foi feita com os moradores, com os residentes, toda pensada, negociada, discutida e decidida a bem de toda a gente, para que aquelas pessoas que vêm trabalhar em vez de deixarem o carro a dois minutos do sítio de trabalho, sem pagar, deixam o carro a quatro minutos ou a cinco minutos do sítio do trabalho. É esta a lógica para que os lugares mais centrais fiquem para aqueles que vêm fazer operações de curta duração para usarem o nosso comércio, os nossos serviços, etc. É esta a lógica, sumariando.*

*Rita Batista, em relação ao concurso o projeto que foi feito foi para corrigir as maleitas. Por exemplo, temos fogos não habitáveis porque a casa-de-banho não tem ponta por onde se lhe pegue e qualificar a casa-de-banho custa mil euros ou mil e quinhentos euros, mas sem a qualificar não é possível. Já que a vamos qualificar vamos reformular a rede de águas no seu conjunto e já que aquele fogo não tem rede de gás vamos colocar rede de gás. Portanto, as abordagens a estes fogos foram feitas com todo o pormenor para lhes conferir plena condição de habitabilidade. Quem vai ocupar, as pessoas que ganharem o concurso que já aprovámos e que está em processo de formalização de lançamento de edital para as pessoas se candidatarem, depois há uma seriação em função dos critérios do concurso, e à medida que as obras forem estando prontas, pela ordem de seriação das candidaturas, vamos entregando os fogos que vão ficando prontos. Esta é a relação de uma coisa com a outra. Quanto à água castanha de Santiago aí a conversa é outra, em termos de fonte de financiamento porque aí não estamos a falar dos fogos, estamos a falar das chamadas colunas montantes que são comuns aos fogos e essa são, algumas notas do investimento do PEDUCA, a componente da habitação social do PEDUCA vai agir sobre os espaços comuns dos prédios onde estão as colunas montante que, entre outras infraestruturas, têm a rede de água que leva do ramal de entrada até à distribuição de todos os fogos e, por aí, resolveremos esse problema porque a água, de facto, não tem a qualidade que precisa de ter. Houve um concurso fracassado há já alguns anos e esperamos ter agora sucesso no projeto que estamos a preparar e na execução da obra. É uma obra tecnicamente muito complexa, mudar colunas montante é uma obra muito complexa até porque não queremos suspender o fornecimento da água, é preciso primeiro montar as provisórias enquanto se desmontas as definitivas e depois desmontar as provisórias para que haja permanente abastecimento, já que a esse nível ninguém aceita que haja suspensões de abastecimento.*

*Quanto ao glicofosfato já falámos sobre isto, não vou voltar a falar sobre esta matéria, embora tenham sido curiosas as decisões já que não está proibido. Por mais que o Bloco de Esquerda seja contra não está proibido e nós não nos metemos nessa discussão técnica porque está entregue a técnicos especialistas portugueses e europeus. Quem somos nós para estar agora a discutir uma coisa com técnicos especialistas que sabem tão bem da matéria? Portanto, ao Bloco de Esquerda correu-lhes, mal isto do glicofosfato, inventem outra para ver se a próxima corre melhor.*

*Quanto ao Conservatório importa deixar isto claro. O Conservatório tem um problema delicado de quem é o dono mas não tem nenhum problema sobre quem é o utilizador e quem é o responsável pela sua qualificação e manutenção. Não vale a pena. Chama-se Ministério da Educação. Pode ser que agora o Bloco de Esquerda com a sua grande influência no Governo nos ajude a resolver o problema. Aliás, estou ao dispor para levar a Rita a uma reunião com o Sr. Ministro ou com a Sra. Secretária de Estado Adjunta para lhe explicar que isto é da Câmara e a Câmara tem que fazer. E a Câmara faz mas com uma condição: fundos comunitários e quinze por cento do Orçamento do Estado. E aquilo que nos disseram quando nós pusemos esta hipótese, e nós pusemos ao lado da Jaime Magalhães Lima e ao lado da João Afonso, foi que não era prioritário e, portanto, fora. Portanto quando a lógica é esta não vale a pena pormos a culpa sobre quem a não tem. Quando nós chamámos ao processo a Fundação Calouste Gulbenkian e com quem já reunimos é para tentar ver se podemos ter a Fundação como parceira da obra que não precisa dos catorze milhões de outros tempos mas precisa de uns quatro ou cinco milhões para se pôr a Escola em ordem. Não vale a pena é carregar de responsabilidade quem não a tem, mesmo que a propriedade seja nossa; não tem a ver com a propriedade. É o utilizador que tem que qualificar aquilo que está a utilizar e aquilo que estragou pelo uso normal de um edifício que se vai degradando com o uso e com o tempo.*

*Quanto ao campo de férias e à JSD está tudo dito e bem dito pelo Simão Quina. Subscrevo. Não percebi a sua ligação entre a Portucel e o Panamá Papers, não percebi. Mas eu proporciono-lhe uma reunião com o Pedro Queirós Pereira, o dono da empresa, eu proporciono-lhe essa reunião com todo o gosto, e explica-lhe essa relação. Pode ser que ele depois também lhe explique a si a questão e eventualmente a ponha num sítio desagradável em termos de ter que ir a Tribunal justificar esse tipo de acusações. Como não percebi prefiro apenas disponibilizar-me para arranjar uma audiência com o dono da empresa para depois se pôr a discutir com ele os Panamá Papers e essa ligação que a sua mente prodigiosa referenciou.*

*Aida Batista, eu discordo de si. Acho a mistura da liberdade com a Ria de Aveiro uma coisa encantadora. A Ria de Aveiro é um espaço de Liberdade, de beleza, portanto, gostámos muito de fazer a mistura e vamos repetir porque para o ano vamos ter a meia-maratona da Ria de Aveiro no 25 de Abril. Não percebi onde é que está o problema. Nós gostamos muito da mistura, fomos felizes com ela e vamos repeti-la porque correu muito bem. Não sei se correu ou se aplaudiu ou se viu ao longe quem correu, mas correu muita gente, foi um grande sucesso mesmo com um dia de grande calor como estava e vamos repetir. E viva a Liberdade misturada com a Ria de Aveiro porque é uma mistura que fica muito bem à Liberdade e à Ria de Aveiro.*

*Quanto às USFs deixar claro que as USFs como criação formal de grupos profissionais, médicos, enfermeiros e auxiliares, que fazem uma candidatura para se organizarem como USF para prestarem serviços aos cidadãos é coisa desse grupo de profissionais e do Ministério de Saúde que aprova ou não aprova as candidaturas. Aí o papel da Câmara é zero. No que respeita à instalação e edificado as USFs dependem, em absoluto, das Câmaras municipais em acordos com o Ministério da Saúde. O meu antecessor propôs três operações de novos edifícios, Cacia, Esgueira e S. Bernardo.*

*Depois foi pressionado: «Sr. Presidente não há dinheiro para três, só há dinheiro para duas e tem que escolher». E ele tirou S. Bernardo e ficou Cacia e Esgueira, pelo critério que entendeu por bem. O Ministério da Saúde fez o projeto e a Câmara lançou os concursos e os concursos quando nós chegámos estavam feitos num oito, e nós fizemos tudo o resto nomeadamente o problema de Cacia onde não havia os terrenos todos e o que faltava foi um trinta e um para o conseguir comprar; uma operação de grande dificuldade que em equipa, Câmara e Junta, foi ultrapassado mas foi duro e demorado. Em Esgueira era aquele problema do além porque queriam fazer o edifício novo mas não queriam fazer no sítio onde o candidataram; que é aquele exercício de loucura política “eu quero isto mas não quero isto”. Nós chegámos e resolvemos o problema. Ouvimos muitas críticas, nomeadamente de autarcas do Movimento Independente, de Esgueira, que nos criticaram porque queriam uma coisa surreal: era o pavilhão das Cardadeiras com a USF pendurada por cima. O que, tecnicamente, é um exercício não possível. Ainda tentámos o contrário que era remover o pavilhão das Cardadeiras direitinho e pôr por cima da USF mas tecnicamente também não dava jeito para bater as bolas do basquetebol. Portanto, a solução foi arranjarmos uma solução de qualidade para o CPE que, desde então, utiliza dois pavilhões de grande qualidade, e temos o nosso edifício a prestar serviços com lógica, com critério, com qualidade e com realismo, por mais que tivesse doído, e doeu um bocadinho, resolver aquele delicado problema.*

*Quanto á ARU, perguntou como estava, aliás também houve questões sobre esta matéria. A ARU está em fase final de ultimização para ir à Câmara e para vir aqui à Assembleia Municipal. Onde é que estão as questões difíceis? Estão no pacote dos benefícios fiscais, ainda estamos com alguns problemas de análise legal para a definição completa do pacote de benefícios fiscais.*

*Quanto à questão que foi colocada pelo Sr. Presidente da Assembleia, pelo presidente Casimiro Calafate e outros colegas que falaram disto, esta problemática das casas abandonadas, que é um problema nacional. Ponto primeiro, estamos a fazer um trabalho de cadastro de todas e estamos a acabar a cidade. Na periferia talvez elas sejam mais visíveis mas na cidade são muito mais, em número, estão é mais escondidas. Estamos a acabar, talvez mais duas semanas, o cadastro da cidade. Porquê? Para que haja possibilidade de ter o cadastro formal daqueles que podem no âmbito dos instrumentos financeiros agregados à ARU irem fazer candidaturas para terem financiamentos para fazerem as suas intervenções. Aqueles que estão fora da ARU, em todo o município, vão poder aceder ao mesmo instrumento financeiro mas em condições de não prevalência. O dinheiro que vai estar no instrumento financeiro, que já devia estar pronto mas eu não acredito que vá estar pronto este ano, é muito dinheiro. Agora, há aqui uma grande questão e que o presidente Casimiro Calafate referenciou e que é a atitude dos proprietários em relação à sua propriedade. Vivemos num país democrático, um Estado de Direito democrático, aquilo que o Dr. Jorge Nascimento disse é possível em teoria mas não é possível na prática nós assumirmos a propriedade de tudo, qualificarmos tudo e depois tentarmos cobrar. Não é possível, Dr. Jorge Nascimento. A dimensão é de tal ordem e seguramente que os advogados de muitos dos proprietários não estariam a dormir que não é possível. Mas eu até deixo isso de barato. A dimensão é grande, seja no nosso Município, seja em todos os municípios do país. É evidente que nós deixámos passar as sociedades de reabilitação urbana que algumas cidades portuguesas não deixaram passar, não foi só Lisboa e Porto, mas nós deixámos passar isso. Nós, o primeiro instrumento que temos nas mãos não deixámos passar: o ARU e o acesso ao instrumento financeiro. Esperemos que o Governo se despache para termos esse instrumento disponível e para termos ganhos de causa, como o Presidente da nossa Assembleia disse e bem, num processo que nos tem que envolver a todos, mas o todos*

*inclui obrigatoriamente os cidadãos proprietários ou alguns investidores. Não vale a pena pensarmos que, de repente, se resolve o problema mas podemos ter um trabalho que vá resolvendo esse problema que é objetivo, que existe e que está aos olhos de todos nós.*

*Em relação à dívida, Dr. Jorge Nascimento, a nossa dívida terminada a auditoria era de um vírgula um milhões de euros. Só não ficou na dívida a outra dívida que, vergonhosamente, a Câmara anulou. Os protocolos de dois mil e doze, que foram assinados, que puseram as Juntas a fazerem o seu investimento com toda a seriedade, e depois receberam um telefonema no fim do ano a dizer «olhem vamos anular, não vamos pagar». Isso não estamos a contar porque aí não havia ponta por onde se lhe pegasse em termos administrativos porque a Câmara destruiu legalmente o compromisso que assumiu e que as Juntas executaram. Essa dívida cada Junta teve que tratar dela. O dano causado às Juntas é muito maior que um vírgula um milhões de euros. Quais duzentos mil, por amor de Deus. Faça uma coisa Dr. Jorge Nascimento porque eu sei que tem dificuldade em acreditar em mim. Reúna com cada um dos Presidentes de Junta que eles dão-lhe os números. Eu sei que não acredita em mim porque V. Exa. tem muita dificuldade mas pegue num bocadinho do seu tempo reúna com cada um dos Srs. Presidentes de Junta e cada um deles lhe dará os números dessa maleita que a Câmara causou e que é um caso único do país. Não é conhecida mais nenhuma Câmara que tenha causado tão grave maleita financeira às suas Juntas de Freguesia. Não acredita em mim pegue num espaço do seu dia e reúna com os Srs. Presidentes de Junta de Freguesia.*

*Quanto aos impostos e ao estacionamento vamos falar nisso. Dr. Jorge Nascimento, cerca de quarenta por cento dos nossos municípios pagam IMI e esses tiveram, nestes dois anos, um acréscimo na sua despesa. Dez por cento são inquilinos que tiveram redução na sua factura fiscal pela nossa decisão de acabar com a taxa de Protecção Civil que foi criada no mandato anterior, e de reduzir a taxa de resíduos que está em exercício este ano. Cinquenta por cento são outros que não pagam nem IMI, nem são inquilinos porque estão integrados em agregados familiares onde alguém é titular dessas operações. Grosso modo, estes são os nossos números e não vale a pena pintar cenários absolutamente fora disto.*

*Agradecer as notas do Caetano Alves, do Presidente Ildebrando Costeira também. Dizer que vamos ter um abrigo de passageiros com bilheteira e um novo sistema de acesso ao ferry. O bar com casinha de banho acabou, foi para o lixo, porque era o que mais faltava uma taberna e uma casa-de-banho naquele sítio. Aproveitou-se o casco, remodelou-se o interior, estamos a fechar o acordo com a autoridade portuária, para se instalar um abrigo de passageiros com qualidade e uma bilheteira com o mecanismo de colocação para que, nomeadamente no verão e nas alturas de maior procura, cada um que chega para entrar no ferry saiba logo se tem ou não lugar, não fica aleatoriamente na fila. Vai haver uma caixa de espera para as dezasseis viaturas que podem entrar; chegam, compram bilhete, entram para a caixa de espera. Quando os dezasseis espaços estiverem ocupados, fecha a cancela e quem chega sabe que no próximo ferry não vai e que tem que esperar o seguinte, se for essa a sua vontade.*

*João Barbosa, discordo completamente de si, do problema da segurança. Não há problema nenhum, é uma visão de quem anda sempre à procura de problemas. Não há problema nenhum, funciona tudo impecavelmente, os nossos moliceiros são um sucesso, algumas situações mais delicadas, em termos de acessibilidade, têm sido resolvidas pelas nossas empresas com qualidade. Portanto não vale a pena arranjar problemas onde não existem e aqui não há problemas. Uma coisa que é muito importante sabermos é onde é que a gente dinheiro para a história das pontes. Saiu uma notícia que diz a verdade. O*



*compromisso que nós assumimos foi que os duzentos e cinquenta mil euros que nós recebemos das taxas dos operadores são para investir na qualificação da operação. A qualificação da operação são os canais, são as eclusas, são os muros, são as pontes e é a promoção. O que estamos a fazer é honrar o nosso compromisso. Dirá a Dra. Ana Maria Seíça Neves «mas que chatice... para a semana começa a obra das pontes, mas porque é que estes rapazes da Câmara não fizeram as obras das pontes no inverno, a chover muito?»; «mas que ideia mais peregrina fazer obras de madeira com a madeira seca; porque é que não arranjam uma tecnologia para fazer com a madeira molhada?». Sra. Dra é a vida dos engenheiros que ainda não conseguiram arranjar solução para obras de qualificação em pontes de madeira quando ela está molhada. Pode ser que com ajuda de alguns advogados se arranje uma solução técnica mas agora não é possível. Portanto, para a semana vamos todos ter algum incómodo porque vai começar a obra de qualificação das pontes dos nossos canais. A altura melhor para fazer obras é uma chatice mas é mesmo esta, nomeadamente num ano terrível que choveu até ao final do mês de Maio, e mesmo as obras que já tinham começado em Junho, estiveram dois dias paradas porque tivemos dois dias de chuva no início de Junho. Dizemos sempre isto: felizes os incomodados por uma obra porque é sinal que ela se está a fazer e quando se faz uma obra ela é sempre incómoda. E nós quando estamos a fazer obras na Rua José Estêvão e vamos fazer a Rua Agostinho Pinheiro ou outras, e a seguir a Rua do Gravito, porque a estratégia foi montada no seu todo, inclui o Gravito, a Rua de Sá e a Rua Von Haffe, todo este fecho, é porque o projeto da Rua do Gravito é mais complexo, mais demorado. Nós não estamos a fazer apenas repavimentação, nós estamos a pôr tudo na ordem. À nossa frente, na maior parte destas vias, vai a AdRA porque estamos a falar de vias onde ocorriam na maior parte das roturas na rede e que é uma coisa super incómoda para quem está em casa e tem uma rotura na rede na sua rua.*

*Portanto, estamos a qualificar de forma total e integrada ao nível das infraestruturas e não pôr só o alcatrão direitinho. É uma obra de qualificação total. Porque é que se começa a Rua José Estêvão antes da Rua do Gravito? Não vou dizer ao João Barbosa que só olhar para o comprimento das duas vias percebe-se facilmente qual é a circunstância. Mas é o todo. Está projetado, está adjudicado, uns em obra e outros lá iremos um dia destes, causando mais uma chatice com mais uma obra que vai incomodar a malta que circula na Rua Eng. Von Haffe ou na Rua de Sá, etc.*

*Quanto aos monumentos lá iremos qualificar os monumentos, estão nos nossos objetivos no âmbito do PEDU e com todo o gosto o faremos.*

*Quanto a receber as pessoas nós recebemo-las com todo o gosto, com todo o ritmo, com toda a intensidade. De facto os pedidos são tantos que a capacidade para responder rapidamente não é absoluta. Os meus Vereadores nisso são absolutamente exemplares. Têm os pedidos à semana em dia, eu não consigo ter os meus pedidos à semana em dia, tenho um atraso relevante mas estou muito empenhado em recuperá-lo o mais rápido que me seja possível.*

*Dra. Anabela Saraiva, não temos como objetivo reactivar o espelho de água do parque do Galitos. Aliás, estamos a tratar com o Galitos a definição assentada de quem é dono do quê porque há ali propriedade partilhada. O Galitos também quer remodelar o seu espaço e nós também concordamos e estamos a criar condições. Voltar a pôr aquele espelho de água, aquela fonte urbana a funcionar não é nosso objetivo, somos contra, custa uma fortuna só em motobombas. Não estamos para aí virados e já há ideias claras para a parte do tanque para um uso desportivo. É para aí que estamos a trabalhar e não vamos reactivar a fonte porque achamos que essa é uma solução errada, somos contra ela, custa um dinheirão e o nosso parceiro Galitos e a empresa privada concessionária do Atrium concorda connosco, o que nos agrada e torna as coisas mais fáceis.*

*Queremos, obviamente, a participação deles para dar vida àquele espaço, eles que já são os principais responsáveis pela vida que aquele espaço vai tendo.*

*Dra. Ana Maria dê-me uma indicação objetiva, num email, no que lhe der jeito, sobre que tipo de informação adicional é que acha que o nosso relatório sobre os processos deve ter. Teremos o maior gosto em complementar o relatório que fazemos e que enviamos à Assembleia para dar a informação toda. Nós temos lá tudo mas percebo por si que há lá algo que falta e temos todo o gosto em perceber melhor isso, como é evidente, e em complementar toda aquela informação, que eu sei que é muita para ler, para que não haja dúvidas que nós queremos toda a informação na Assembleia sobre o estado de todos os processo, os pendentes e os que se vão arrumando. Felizmente vão-se arrumando alguns e, da natureza das coisas, surgem as pendências.*

*No Canal de S. Roque está adjudicada a obra, estamos a preparar os actos preparatórios. Que chatice porque vamos ter uma obra para pôr em ordem as baias de estacionamento do Parque de S. Roque e tem que ser em seco porque em molhado é impraticável fazer aquela obra. Qual é a lógica? É colocarmos cubo de granito na zona do estacionamento para que o processo que provocou o problema que lá está não volte a acontecer. Porquê? Porque se usou uma grelha de pvc muito fina e que tem uma vida útil muito curta e que já acabou há dois ou três anos. Portanto, é a reformulação total das baias todas, mesmo algumas que ainda estão bem mas que dentro de algum tempo vão estar mal, com repavimentação utilizando cubo de granito reutilizados de locais onde os retirámos recentemente.*

*Quem anda a fazer fiscalização de estacionamento não é, seguramente, a Polícia Municipal nem a PSP porque como é sabido só se paga estacionamento até às vinte horas. Portanto não anda ninguém a fiscalizar parcómetros às vinte e duas horas, nem às vinte e três horas, porque não há fiscalização de nada no que a nós respeita porque não há pagamento a essa hora. É uma questão muito simples.*

*É importante que nós criemos um espaço de tranquilidade na CPCJ, há muita partidarização e movimentação independentista no processo. A Câmara é a entidade que mais apoia a CPCJ. É importante que o Governo português tome medidas para reforçar com meios financeiro e humanos as CPCJs. Isto não é um problema de Aveiro, isto é um problema nacional. A Associação Nacional de Municípios tem feito uma grande luta para que o Governo, este, o anterior e o anterior, resolvam o problema que não está resolvido. Não vale a pena vir falar a quem dá muito e muito mais daquilo que tem dever por força do contracto que tem assinado para o funcionamento da CPCJ.*

*Francisco Picado, o PAM está no mesmo, não temos a revisão do tribunal de Contas. Em relação ao PAM II já vamos na quinta ou na sexta versão, estamos a trabalhar para fechar a versão final. Já estamos em interações com a Direcção do Fundo para fecharmos a nossa proposta de PAM II.*

*A concessão está em fase de visto, já chegou o primeiro ofício com as perguntas e estamos a tratar, dentro do prazo, as respostas a esse primeiro ofício do Tribunal que mandou, mais ou menos a meio do prazo, essa sua primeira interação.*

*Queria só deixar uma nota ao Simão Quina e ao Manuel Prior. De facto, destas novas ações, destas ações ligadas à juventude, à dinamização do EMA, às nossas crianças, o Dia nacional da gastronomia que foi um grande evento, que correu muito bem e para primeiro evento superou um bocadinho as nossas expectativas – também não as pusemos muito altas – esta aposta em novas operações, em parcerias novas, é muito importante, resultou bem. A ação no EMA foi um super sucesso e é também assim que nós vamos cultivando nos cidadãos o gosto pelo EMA. Nós quisemos fazer aquilo lá, que podia ter sido em tantos outros sítios, para que as nossas crianças comecem a gostar do Estádio, a gostar de ir lá, a falar aos pais sobre o estádio e a dizerem que querem ir lá*

*outra vez, tem também esse objetivo de cidadania para que a nossa gente goste daquilo que é seu, que está ao nosso dispor e que temos que rentabilizar por todas as vias, nomeadamente na dimensão social.”*

#### Membros da Assembleia

Vogal António Moreira (PCP) — Nos termos do n.º 2 do artigo 46.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata:[028](#)

*“Senhor Presidente, ainda bem que estamos de acordo que não deve ser tudo no Rossio. Ainda bem.*

*Utilizarmos todos os espaços de Aveiro e potenciarmos tudo para que tenhamos as nossas ações feitas em vários pontos esse ponto é comum. Porque nós nunca dissemos que a Feira das Velharias estava mal lá. Dissemos é que a Feira do Livro não está a funcionar bem*

*Uma coisa que me surgiu com a intervenção do Senhor Presidente de Junta da Glória e Vera Cruz era a situação das casas de banho do Parque D. Pedro e relativamente ao encerramento das mesmas ao domingo. Não sei se a situação existe se não existe, mas é uma situação que tem ocorrido às pessoas que vão usar aquele espaço de laser e torna-se uma situação que não é agradável.*

*Mais duas questões que queria aqui colocar. A primeira surge com a ação que a Câmara tem tido relativamente aos monumentos em Aveiro e à conservação dos mesmos e tentar perceber o que é que está a acontecer ao painel de azulejos que estava no antigo pavilhão do beira-mar?*

*E uma última nota tem a ver com o PEDUCA. Não podemos achar que os processo de reabilitação urbana se resumem a pacotes financeiros. Achamos que isso é suficiente para voltarmos a trazer as pessoas à nossa cidade é escasso. Ações como Vivó Bairro são de enaltecer e continuar a apoiar. Porque são essas ações que criam pensamento coletivo e que criam pressão sobre os agentes políticos para a resolução dos problemas existentes na nossa cidade. Porque sem eles as nossas ações e aquilo que aqui fazemos caem no vazio. Precisamos muito de termos ações e de a Câmara apoiar este tipo de ações que temos porque são fundamentais para o processo que nós iremos ter de futuro de revisão do nosso PDM. Fundamental para os próximos anos de vivência do nosso concelho. Obrigado.”*

Vogal João Barbosa (PS)[029](#)

Vogal Francisco Picado (PS) — Nos termos do n.º 2 do artigo 46.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata:[030](#)

*“Senhor Presidente da Câmara permita-me que aprofunde as duas questões que coloquei inicialmente.*

*A primeira certamente porque não terei estado atento, eventualmente já terá dado a explicação, mas a questão é esta: se está a preparar o PAM2 isso deve-se a quê?*

*As condições mudaram ao longo deste tempo ou os pressupostos sobre os quais foi construído o PAM1 não são necessariamente iguais ao PAM2. A minha pergunta mantêm-se o PAM2 deve-se exatamente a quê?*

*E a minha pergunta será mais fácil de perceber se verificarmos que o Tribunal de Contas ainda não deu o Visto para o PAM1.*

*Portanto a decisão do Tribunal de Contas será sobre o PAM 1 e se for favorável a minha pergunta é: qual a utilidade do PAM2?*

*Segunda questão tem a ver com as perguntas relativamente ao Contrato de Concessão de Transportes colocadas pelo Tribunal de Contas. E a pergunta é: se podemos ter acesso a*

*essas questões ou se teremos de aguardar pelas respostas do município ao Tribunal para acesso às questões, para poder perceber exatamente o que é que está em cima da mesa?”*

Vogal Fernando Marques (PPD/PSD)<sup>031</sup>

Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara:<sup>032</sup>

*“Muito obrigado, Sr. Presidente. Duas ou três notas muito breves. O painel de azulejos do antigo pavilhão do Beira Mar está guardado. Conseguimos um acordo entre a Câmara, o dono, por via do seu procurador, embora a decisão tivesse sido do dono porque o dono queria o painel para si, para colocar na sua quinta num município vizinho do nosso, e com o envolvimento também do Beira Mar. Está guardado, foi tirado peça a peça para que agora seja colocado em lugar de fruição pública. Esse valor está devidamente preservado, tivemos esse cuidado há muito tempo.*

*Em relação ao VivóBairro dizer que nós gostamos muito do VivóBairro somos parceiros na formação teórica. O VivóBairro deriva dum enquadramento de um projeto financiado por uma iniciativa comunitária da qual a Câmara é parceira com a Universidade de Aveiro. Só em isenção de taxas e logística, a Câmara deu muita logística à organização, são cerca de vinte mil euros. A Câmara é a entidade que mais apoio deu ao VivóBairro. Gostámos muito, apoiámos muito e queremos mais. Estamos agora a trabalhar na avaliação e que é um trabalho muito interessante que a equipa está a fazer. Estamos de alma e coração, empenhadíssimos na operação porque é, de facto, um exercício muito interessante de cidadania. Estamos na génese e somos o maior investidor, com trabalho, funcionários, logística, isenção de taxas, etc. Que isto esteja muito claro: nós gostamos muito do VivóBairro e somos parceiros.*

*João Barbosa. Eu acredito no meu amigo, gosto muito de si, rio-me porque lhe acho graça, portanto, não tem questão nenhuma. Agora, os operadores falam comigo e com os funcionários da Câmara. Há reuniões regulares comigo mesmo e há reuniões regulares com a nossa chefe de divisão que gere a operação. Aliás, há até uma nota de pendentes que são tratados. Comigo, nunca esta matéria foi tratada. Vou dar mais atenção a esta sua nota mas os operadores tem linha direta, trabalho regular com os serviços que acompanham e comigo mesmo que faço reuniões com eles com todo o gosto.*

*Para terminar, Francisco Picado. O que motiva o PAM II são duas coisas. A nova taxa de juro, a nova possibilidade que conseguimos na negociação da ANMP com o FAM, onde a Câmara de Aveiro foi fundamental, para termos financiamento de assistência financeira para pagar os empréstimos da banca e não para fazer a reestruturação dos empréstimos da banca, é a grande novidade e resolve um dos dois grandes problemas do Tribunal de Contas, tem essa dupla vantagem. E o novo PRD, o novo Plano de Reestruturação da Dívida porque reduzimos a dívida porque a temos vindo a pagar. São os três motivos que motivam o PAM II. E mais um, importantíssimo. É não sermos apanhados em falso de chegar um chumbo ao nosso recurso e nós perdermos a proteção legal da Lei FAM o que seria um desastre grave. Portanto, com um PAM II aprovado nós estamos protegidos, manteremos a nossa proteção, nesse cenário. Nós nisto, repetimos, temos jogado com todas as cautelas em dose dupla nalgumas áreas para não sermos apanhados em falso. Quanto ao Tribunal de Contas o preceito normal é facultarmos o processo quando o processo acaba e não entendemos ser saudável estarmos a facultar por partes, acho que não faz sentido. Terminado o processo estará, obviamente, ao dispor de todos.”*

**Não havendo mais intervenções o Presidente da Mesa deu como apreciado o Ponto 2 – Informação sobre a Atividade Municipal de 12ABR16 a 12JUN16.**

### **Ponto 3 – Apreciação e votação da Prestação de Contas Consolidadas referente ao ano de 2015.**

*(A deliberação tomada pela Câmara Municipal, na reunião ordinária, realizada em 25/05/2016, sobre o assunto em epígrafe, foi distribuída a todos os membros desta Assembleia e faz parte do original desta acta, em anexo).*

De seguida o Presidente da Mesa<sup>033</sup> deu a palavra ao Presidente da Câmara para apresentação do documento em epígrafe.

#### Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara:<sup>034</sup>

*“Sumariamente. Nós, de contas, já aqui somámos umas largas horas e, portanto, não há nada na substância política para discutir. Na forma, obviamente, há. Está aqui uma forma nova que é o somatório dos relatórios que já aqui discutimos e apreciamos, e alguns votámos. Só assinalar que esta conta consolidada de dois mil e quinze para já tem um ganho em relação à de dois mil e catorze já que é feita cumprindo todos os prazos e todos os preceitos legais. Na próxima semana irá para o Tribunal de Contas cumprindo o fim do mês como limite do prazo.*

*Dar um enfoque aos três números principais e que entendemos destacar da conta consolidada. Primeiro a redução dos custos financeiros e dos custos extraordinários em cerca de onze milhões de euros. Foi um ano muito importante a este nível porque conseguimos continuar a pagar a nossa dívida bancária. Segundo, a redução do endividamento que tem uma importância enorme; foram mais doze milhões de euros pagos. E, em terceiro, um aumento do investimento em oito milhões, um aumento do investimento face a dois mil e catorze, isto é uma comparação de dois mil e catorze para dois mil e quinze, que representa uma melhoria substancial e que teve muito a ver com o fecho das operações QREN, com a maior parte disso porque há ainda uma parte que vai passar, ou que já passou, para a conta de dois mil e dezasseis.*

*Portanto, são estes os principais números de um ano que foi muito importante, muito positivo na performance financeira na Câmara, naquilo que é a relação de evolução de dois mil e treze para dois mil e catorze e para dois mil e quinze. É uma base que temos que melhorar, ano após ano. O primeiro dos anos está quase meio percorrido, mas o estímulo e as boas referências que a conta consolidada de dois mil e quinze nos dá é uma excelente base para prosseguirmos este trabalho de racionalização da receita, racionalização da despesa, qualificação do investimento e colocarmos a Câmara num bom patamar de equilíbrio entre estes três fatores, jogando bem as limitações legais que tem atualmente por força da impossibilidade de gerir em plena autonomia a sua despesa porque não cumprimos a Lei dos Compromissos dada a dívida antiga grande que temos e temos a possibilidade de termos exceções a essa regra, por sermos Município FAM; e a esmagadora maioria dessas exceções estão nas áreas dos chamados serviços públicos essenciais definidos pelo artigo três dessa mesma Lei FAM.*

*É uma nota que vem confirmar, com uma forma diferente, tudo aquilo que aqui trouxemos e aqui debatemos na nossa Assembleia de Abril.”*

#### Membros da Assembleia

Vogal António Moreira (PCP) — Nos termos do n.º 2 do artigo 46.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata:<sup>035</sup>

*“Senhor Presidente as taxas e impostos cresceram cerca de 5 milhões. Qual é que foi o peso do crescimento do estacionamento e do IMI? Obrigado”*

Vogal Rita Batista (BE) — Nos termos do n.º 2 do artigo 46.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata:[036](#)

*“Senhor Presidente já sabemos que o que se refere aqui a Contas Consolidadas no preceito formal e legal não pode ser dissociado de políticas. Políticas decididas e escolhidas por Ribau Esteves. E no documento que apresenta volta a reforçar a ideia de que o PAM continua à espera do Visto do Tribunal de Contas.*

*A contradição é que o PAM já está ser aplicado. Os impostos em Aveiro estão no máximo, as taxas também, e a prova disso é que vemos nos proveitos do grupo municipal os impostos representam 58,44% dos proveitos.*

*E portanto quando vem aqui referir que já há em estudo um PAM2, nós lamentamos que nesse PAM se fale de reestruturação, que se fale em nova taxa de juro e não se fale em redução e impostos — e os aveirenses gostariam de ter uma palavra quanto a essa matéria.*

*Depois tem o item de “vendas e prestações de serviços” 2 milhões! Eu gostava de saber se nestes dois milhões está a percentagem que a Câmara angaria do estacionamento pago ou se essa receita entra nos “impostos e taxas” nos cerca de 5 milhões de euros?*

*Outro ponto que nos parece relevante é a questão da MoveAveiro. Apresenta um valor líquido consolidado de um milhão setecentos e trinta e quatro mil oitocentos cinquenta e nove euros. Com este valor é difícil perceber porque é que não é viável um serviço público de transportes. E se insiste na privatização.*

*E uma palavra sobre esta matéria, esperámos que a possamos ouvir do Senhor Presidente. Porque quanto a matéria de empresas municipais continuamos no limbo. Elas continuam sem serem extintas e pior é que está já em pleno o processo de privatização sem perceber muito bem onde está a vantagem para os aveirenses nessa mesma privatização.”*

Vogal Aida Tavares (JPA)[037](#)

Vogal Jorge Nascimento (JPA) — Nos termos do n.º 2 do artigo 46.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata:[038](#)

*“Aparentemente quase não valia a pena estar a intervir porque isto resulta de documentos aqui discutidos.*

*O Senhor Presidente aludiu sempre que vem reduzindo a dívida e isso é uma coisa que nos preocupa muito. Naturalmente que isto em política tem a ver com números e achamos muito bem que a dívida seja reduzida — diz que reduziu 13 milhões!?*

*Também aqui eu queria comparando, pois em política tem-se de fazer comparações para trás e para frente. Comparações e projeções.*

*Bom, nada de extraordinário. Porquê?” Reduziu o montante da dívida em 13 milhões de euros, mas aumentou os impostos. Eu lembro que o executivo que veio substituir reduzia ao ritmo de 16 milhões.*

*O Senhor Presidente há pouco aludiu, parece que nós dizemos assim, há uma carga enormíssima ao nível de taxas e ao nível de encargos que a Câmara cobra. O Senhor Presidente aligeira e reduz o problema ao IMI e à legislação.*

*Mas então nós perguntamos, então qual a razão que a receita do IMI aumentou de 10 para 20 milhões? Não deve por ninguém pagar nada certamente. O Senhor Presidente tem de explicar isto melhor.*

*Depois preocupa-nos quando o Senhor Presidente diz “eu vou alindar lá a coisa do parque de São João”. É preciso, naturalmente. Mal feito seria que com os impostos que cobra aos aveirenses não fosse fazer nada.*

*Mas estamos com uma perplexidade. Estará V. Exa a pensar em lançar cobrança de estacionamento no parque de São João? Estará a pensar em taxar esse estacionamento? É uma dúvida que nos preocupa e para a qual os cidadãos devem estar avisados. Porque presumo que se V. Exa tiver esse intento não deixará de sofrer o protesto de todos quantos ainda veem nesse o último reduto de estacionamento livre em Aveiro. Muito obrigado.”*

Vogal Francisco Picado (PS) — Nos termos do n.º 2 do artigo 46.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata:[039](#)

*“Apenas para mencionar que não vemos grande utilidade de tecer comentários sobre este documento visto que ele resulta se estiver bem feito e estou no pressuposto que sim, num documento que já aqui discutimos. E portanto o Partido Socialista acompanhará o voto que exerceu em reunião de Câmara.”*

Vogal Caetano Alves (CDS) — Nos termos do n.º 2 do artigo 46.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata:[040](#)

*“Bom, no preceito de fazer cumprir a lei 73/2013 temos uma consolidação integral com base nos investimentos financeiros da Câmara agregado na Conta 41.*

*Ei diria que este balanço consolidado independente de prerrogativa da lei tem a vantagem de nos poder identificar que as empresas municipais têm uma expressão de cerca de 10% da atividade municipal. Não do ponto de vista das receitas como das despesas, como do ponto de vista do financiamento. Digamos que o município é que comanda isto tudo e que não há aqui nenhuma grande surpresa em relação às Contas.*

*É obvio que o nosso município proveitos de 58,6% de impostos e taxas. Eu fico admirado que o Bloco de Esquerda ache isto especial. Eu digo que se nós pudéssemos transacionar serviço e vender produtos era melhor. Para mim era muito mais interessante pois sou liberal. Mas enfim, a maior parte dos serviços públicos e das autarquias dependem claramente das taxas e dos impostos que os cidadãos têm que pagar para terem a qualidade de vida que os municípios lhes oferecem.*

*Bom, há aqui outro dado interessante que é que com um balanço consolidado deixa de haver discussões sobre o que é a dívida da Câmara e a dívida bruta e a dívida do município. Nós neste fórum constantemente estamos a discutir valores. E hoje por estes documentos está fixado nos 122 milhões de euros e presumo que agora vamos deixar de fazer especulações sobre isso. Embora os relatórios dos ROCs tenham umas reservas e uns enfases, que são naturais, porque as contas das empresas sofrem de outro tipo de reservas que este ROC teve de fazer referência. E o enfase mais sublinhado é a impossibilidade de se fazer comparabilidade com outros dados.*

*No fim, para dizer que o que está aqui é a evolução positiva que nós temos nas Contas do município e até no município como holding se quiserem assim chamar. E obviamente nós relevamos a redução dos custos financeiros que já foi aqui sublinhada dos 11 milhões e dos 12 milhões do endividamento e o potencial de investimentos que estamos neste momento a conseguir fazer, que nos augura um bom futuro para este município e o qual nós estamos a apoiar com muito gosto. Muito obrigado.”*

(Entretanto deu entrada na sala o Vogal Paulo Alexandre Florentino Marques)

Vogal Manuel Prior (PPD/PSD) — Nos termos do n.º 2 do artigo 46.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata:[041](#)

*“Sobre as Contas consolidadas de 2015 pouco nos apraz dizer. Já foram aprovadas e o que nos apraz dizer é que o executivo conseguiu uma boa performance em 2015.*

*Conseguiu uma melhoria significativa de redução de dívida que aqui foi registada por todos. Apresentando uma redução dos custos financeiros, uma redução da dívida total, conseguindo mesmo assim um aumento de investimento. Penso que esse é o caminho e cá estamos para o continuar.”*

### Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara:<sup>042</sup>

*“António Moreira, o crescimento do valor do estacionamento foi cerca de trezentos mil euros, de dois mil e catorze para dois mil e quinze, num montante total de receita de cerca de um vírgula quatro milhões. É bom lembrar de onde é que vieram estes ganhos e este crescimento. Vieram de uma profunda reforma que foi implementada e que às vezes é complexa de perceber. Acabámos com muitos cartões gratuitos, cerca de quatrocentos cartões gratuitos, deixem-me usar uma linguagem tranquila para ninguém se sentir desonrado, sem qualquer justificação. Acabaram. Mas vejam uma coisa contraditória. Nós tínhamos dois mil e cem mil lugares com a tarifa máxima, com a reforma passámos a ter apenas mil e duzentos. Reduzimos para um valor em cerca de metade, um bocadinho mais, o número de lugares com tarifa máxima. Outro... quando chegámos, o monte das multas não processadas era imenso e há boa moda de certa gestão não se processavam para não se chatear ninguém. Começámos a processar as multas. Portanto, estão aqui notas importantíssimas da reforma que deram um contributo para o crescimento da receita que vem da racionalização da gestão e não exatamente porque aumentámos não sei o quê. Aumentámos nalguns sítios, reduzimos outras componentes, pusemos o processamento das multas a andar para não estar a amontoar, acabámos com as borlas sem justificação e estão a ver o que são quatrocentos cartões de borla. Onde é que estacionavam estas quatrocentas viaturas? Obviamente nos melhores sítios; é essa a regar normal de quem tem esse direito constituído.*

*O crescimento do IMI foi cerca de quatro vírgula cinco milhões de euros. Portanto, a conta do Dr. Jorge Nascimento está errada. Não se passa de dez para vinte quando o acumulado do aumento é de cinquenta por cento. Nós passaríamos de dez para vinte quando o acumulado fosse cem por cento. Portanto, os aumentos de zero três para zero quatro, de zero quatro para zero cinco, somando-lhe a redução do IMI familiar que está em vigor e somando-lhe a redução do coeficiente de redução que está em vigor, dá esta tipologia de crescimento e não a sua, como é evidente. Como o Sr. Dr. não acredita em mim estudará um bocadinho melhor, nomeadamente a sua revisão da matemática com quem tem uma relação muito difícil, para perceber estas matérias.*

*Rita Batista. A questão do PAM estar a ser aplicado é verdade, já falámos aqui várias vezes e ainda há pouco falei no assunto. Nós temos um PAM com três peças. A peça das medidas sobre a reforma orçamental sobre a receita e sobre a despesa. Tudo o que está definido no nosso PAM está implementado. Depois temos a componente do Plano chamada PRD, Plano de Reestruturação da Dívida, no fundo é a nossa relação das dívidas que já começámos a pagar, desde sempre. Além deste monte da dívida velha que fomos para pagar, os três vírgula cinco milhões, toda a dívida que nos apareceu no caminho, nomeadamente a grande dívida bancária, o serviço da dívida bancária, que é de nove milhões de euros por ano, foi toda paga, em dois mil e catorze, em dois mil e quinze e continua a ser em dois mil e dezasseis. Portanto, o PAM, a parte executada, depois falta a outra que é a assistência financeira, que é fundamental para nós pagarmos a dívida toda, ficarmos a pagar, fazermos o serviço da dívida ao Fundo e libertarmos-nos do incumprimento da Lei dos Compromissos e assumirmos plena autonomia na tipologia da despesa. O facto de termos parte do PAM implementado permitiu que hoje, hoje dois mil e quinze, tivéssemos libertado recursos para pagar dívida; tivéssemos libertado*



*recursos para fazermos investimento, hoje a nossa rede viária é reconhecidamente muito melhor do que era há dois anos e meio, tem para melhorar? tem sim senhor; toda a capacidade para financiar obra participada pelos fundos comunitários, ou não participada. Portanto, esta tal componente de execução do PAM permitiu-nos tudo isto. É sobre isto, mantendo a racionalização das medidas de gestão orçamental sobre a receita e sobre a despesa e a capacidade de pagar a dívida sem PAM mas especialmente com PAM, que nos permita receber o empréstimo, que nos vai permitir pôr a conta toda em ordem. E aquela outra componente sempre importantíssima que é a proteção legal contra as penhoras e as injunções. Já aqui disse, repito, estão suspensas ações que valem quase seis milhões de euros. E suspensas porquê? Porque oficiámos o juiz responsável por cada processo a dizer que temos o processo PAM, etc., etc., e ao abrigo do que a lei FAM permita suspenda a ação. Tivemos apenas uma exceção de não deferimento, embora fosse um valor muito pequeno. Isto é importantíssimo para nos proteger desses seis milhões mas também para nos proteger de muitos outros milhões que surgiriam se nós ficássemos outra vez legalmente a descoberto. O PAM, no sentido que tem um enquadramento legal, que é a Lei FAM, que nos protege, tem uma importância crucial para estarmos com esta capacidade de prestarmos serviços, de fazermos investimentos, que são muito importantes para a vida dos nossos concidadãos.*

*Quanto à redução dos impostos já o anunciei e repito, vamos estar aqui, na nossa Assembleia de Novembro, a aprovar o pacote fiscal para dois mil e dezassete e estará aqui uma proposta para reduzir em dez por cento o nosso IMI que passará da taxa máxima de zero cinco para zero quatro. Infelizmente é só zero quarenta e cinco e não é zero quarenta porque o Partido Socialista e o Bloco de Esquerda não apoiaram a proposta do Partido Comunista para que a taxa máxima passasse para zero quatro. Mas já assumimos aqui que vamos baixar dez por cento que significa baixar de zero cinco para zero quarenta e cinco. Continuamos a fazer o estudo e a monitorização permanente da taxa dos resíduos sólidos porque pretendemos, temos esse objetivo, continuar a aplicar medidas para continuar a reduzir a taxa dos resíduos sólidos urbanos, que é importante na factura que nós dizemos “na factura da água” e que no nosso caso tem nos resíduos um peso muito importante como todos nós podemos ver quando olhamos atentamente para uma factura.*

*Em relação à MoveAveiro, Rita Batista, já falámos sobre isto, está tudo dito. Esperamos o visto do Tribunal de Contas, estamos a trabalhar nessa matéria e a discussão está feita. A Rita Batista discorda, nós concordamos. É a vida. Esperemos ter o visto e que a operação avance e não temos dúvida nenhuma que será uma excelente operação, exemplar e com grande qualidade, com mais serviços e melhores serviços para os nossos cidadãos.*

*A Aida pergunta porque é que a execução é baixa. Tem a ver com o facto de nós termos feito as nossas Grandes Opções do Plano e o Orçamento com a incorporação da assistência financeira do PAM. Nós planeámos com a assunção da receita da assistência financeira do PAM e, por isso, muitas dessas rubricas não são execução de coisa nova, são pagamento de dívida. São no Plano e Orçamento porque depois não se executaram porque não tivemos a receita e não permitiu executar a despesa. Foi esta construção que fizemos e que repetimos em dois mil e dezasseis. Os documentos de gestão de dois mil e dezasseis partiram de idênticos pressupostos nesta relação daquilo eu prevemos executar de novo, e por isso a própria introdução ao Plano, que aconselho que releia, tem essa referência, e aquilo que é a componente que lá está, que é importante, no nosso caso são cerca de quarenta e cinco milhões de euros, para pagamento de dívida. No Plano e no orçamento está lá, na respectiva rubrica, cada uma das dívidas que temos para pagar.*

*Dr. Jorge Nascimento, o parque do Canal de S. Roque não vai ser pago. Na tal relação que eu expliquei há pouco, núcleo central, núcleo periférico e parques mais periféricos, o parque do Canal de S. Roque pertence a este terceiro grupo, não é e não vai ser pago. Aquela zona da nossa cidade, como sabemos, é uma entrada importante na nossa cidade, é a única oferta de estacionamento com relevância, com área relevante, é aquela e, portanto, está nesta estratégia de na periferia do aglomerado urbano termos sempre grande oferta de estacionamento não pago. Ali é grande, mesmo que desse mais jeito ser muito maior mas é tudo o que nós temos. Hoje não é pago e até ao final deste nosso mandato não vai ser pago. Se ler atentamente os documentos que enquadram a política que definimos para o estacionamento está definido desde o princípio e assim vais ser, não haja qualquer ponta de dúvida. Mas V. Exa. como não acredita em mim faça como o S. Tomé e espere para ver e vai ver que vai acontecer aquilo que eu estou a dizer. É uma questão de gestão do tempo e da paciência que V. Exa. fará da forma como lhe der mais jeito.*

*Agradeço ao Caetano Alves esta referência e que às vezes nos esquecemos e que falámos muito dela numa fase inicial do mandato quando fizemos a auditoria, o ano passado quando falámos da conta consolidada, e que é o fim desta discussão política que liderou tantas e tantas horas de discussão no nosso município durante oito anos e que era qual o valor da dívida. E o pior que há na vida e na política é quando uma coisa objetiva porque tem um número matemático não significa um número mas sim uma carrada de números. Uns concordam, uns não concordam, uns acham que é muito outros acham que é pouco, para a esquerda ou para a direita. A opinião é, felizmente, livre. O número é que não pode ser livre. Com a conta consolidada em cima do processo da auditoria, salvo, como sempre digo, alguma surpresa que o caminho traz, mas quando ela aparecer nós cá estamos para dizer que está aqui mais uma surpresa e vamos incorporar, está aqui o valor com clareza. Estes são os nossos números, o de partida em cada momento de etapa de avaliação e felizmente temos tanta coisa para discutir mas acabou a discussão do número. Agradeço essa sua nota de memória e de marca política. É importante que as nossas discussões sejam sobre outras matérias e não sobre o único número da nossa dívida porque ele sempre foi e é um só e não vários ao gosto do freguês, olhado de maneira diferente conforme se está ou não na oposição.”*

#### Membros da Assembleia

Vogal Rita Batista (BE) — Nos termos do n.º 2 do artigo 46.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata:<sup>043</sup>

*“A questão como foi levantada pelo deputado Caetano Alves é mesmo essa. É que os aveirenses pagam impostos e não têm melhor qualidade de vida.*

*Porque pagar impostos a triplicar ou a quadruplicar porque têm de pagar estacionamento; porque têm um transporte público que não dá resposta às necessidades e portanto têm trazer o transporte individual para a cidade; porque vivem num concelho que tem as águas mais caras do país — isso é impostos.*

*E em relação à redução do IMI devo relembrar que o Senhor Presidente esteve dois anos como presidente da autarquia com um governo da sua cor política na Assembleia da República e nunca conseguiu reduzir uma centésima que fosse no valor do IMI.*

*E também lhe devo lembrar que o grupo parlamentar do PSD é o maior da Assembleia da República. E portanto, se o seu intuito é mesmo diminuir o IMI para 0,4% só tem mesmo que o propor e falar com os que lhe são próximos.*

*Porque esta cassete que o Senhor Presidente reiteradamente traz aqui a esta Assembleia de que era 0,5 e agora é 0,45 e não é menos porque o Bloco de Esquerda não quis é cassete e já está estragada — não corresponde à realidade. É tudo.”*

Vogal Jorge Nascimento (JPA) — Nos termos do n.º 2 do artigo 46.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata:<sup>044</sup>

*“Senhor Presidente, hoje vou daqui com a consciência de que obtive um compromisso importante. É que V. Exa não vai taxar o parque de São Roque. Eu acredito perfeitamente. Assinemos, está assinado nesta Assembleia, fico satisfeito.*

*Senhor Presidente diz que o aumento do IMI só foi 4 milhões e meio. Mas alguém acredita!? Só se for neste ano.*

*Então repare, se o IMI aumentou de 3% para 4% e depois para 5% — só aqui tem um aumento de 66,6%.*

*Depois não considera que no fim do mandato anterior, foi feita a reavaliação geral da propriedade e que a base de incidência passou a ser mais que o dobro. O efeito prático da nova avaliação já veio para si para este executivo.*

*Portanto houve um aumento efetivo de 10 para 20 milhões de receitas. É que houve mesmo.*

*V. Exa diz que eu não percebo de matemática, mas isto é muito simples. Quem em 100 pagava 30, passou a pagar 40, logo ai aumento 33%. E depois logo para 50.*

*Portanto passou de 30 para 50, logo são 66%. Isto não tendo aumento de base de incidência.*

*Mas com o aumento da base de incidência e dessas taxas, não é difícil concluir que o imposto do IMI foi no mínimo para o dobro.*

*Portanto por ai estamos falados e ficamos esclarecidos.*

*Depois manipulam outra vez, bem sei que não é com intenção quer dizer, eu sei que não é com intenção. E sublinho isto que é para eu acreditar no Senhor Presidente, para me forçar a acreditar.*

*Manipulam outra vez, ainda há pouco o fez acerca das Juntas e dos 200 mil euros. Eu dizia-lhe assim: - olhe no momento em que fez as contas na cessação do mandato anterior eram 200 porque era a obra terminada e aquela que devia ser paga. E diz-nos, não, não, não foi nada assim! O que conta são as Contas da auditoria. Mas as Contas da auditoria já outras obras estavam prontas e algumas projetaram-se para o exercício do seu mandato. Pronto, o valor a pagar, o valor vencido era depois da verificação. O Senhor diz “são asa contas da auditoria” — isso é no momento ulterior. Eu apresentei a fase temporal que era no dia em que terminou o mandato anterior em que a obra concluída era de 200 mil e depois havia obras naturalmente delegadas, que estava sujeita a verificação e se concluíram depois.*

*Mas também lhe disse que o executivo anterior deixou lá 5 milhões de euros. O Senhor tinha na conta em 31 de dezembro 5 milhões de euros livres — podia ter pago às juntas. Não pagou porque não quis — é a conclusão a que eu posso chegar. Teria outras aplicações, bem posso acreditar, sim senhor. Mas se quisesse podia ter tido a opção de pagar às juntas. Muito obrigado.”*

### Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara:<sup>045</sup>

*“Rita Batista, há uma verdade objetiva. Os aveirenses têm hoje uma melhor qualidade de vida por força do nosso trabalho. É o que é. As coisas traduzem-se de forma muito objetiva porque os danos mais graves estavam em infraestruturas que os cidadãos usam todos os dias das quais a rede viária era o pior dos exemplos. Nós já investimos na nossa rede viária um valor acima dos cinco milhões de euros. Eu hoje digo sempre quando vêm, e a gente agradece quando vêm todos, um email, a dizer que há um buraco no sítio x, na rua tal, agradecemos; criámos uma base de dados, é recebido, vai para a base de*

*dados, entra no programa da equipa que faz esse trabalho e vai-se operar. Mas quando nós chegámos era impossível dizer isso porque era tudo uma buracada pegada. E não era preciso ir para a periferia do município, era em qualquer zona. Não sei se se lembram como é que estava à frente da Sé. As coisas estão no terreno. Nós passámos a ter um trabalho de manutenção com as escolas permanente. As escolas que não tinham as Juntas a socorrer nas intervenções mais profundas eram meses de espera. Uma Câmara que não trabalhava a educação, que não ia aos órgãos de gestão trabalhar com os agrupamentos. Habitação social que vocês gostam tanto. Os nossos seiscentos inquilinos estavam ao abandono e à sua sorte. Visitas de assistentes sociais da Câmara? Trabalho social de acompanhamento? Zero. Isto são coisas objetivas. O Bloco de Esquerda fica a pintar tudo de negro, tem esse direito e essa possibilidade mas as coisas, de facto, não são assim. Pagamento de estacionamento. Vamos ao exemplo de toda aquela zona envolvente às Piscinas do Sporting Clube de Aveiro. Aqueles moradores estão pior ou estão melhor, agora que estão lá parcómetros? Estão melhor, pagam quinze euros para terem um cartão e têm sempre lugar. E fizemos isto com eles, em benefício deles. No que respeita aos moradores, àqueles que são residentes, a reforma do estacionamento em termos de custo é muito melhor. Obviamente que temos de continuar um trabalho para que as viagens de curta distância, lembrando o que está no relatório do PRINTA e no nosso relatório do Plano Municipal, sessenta por cento das viagens dentro do nosso município têm menos de dois quilómetros. É aconselhável que viagens com menos de dois quilómetros não sejam feitas de carro, sejam feitas a pé ou de bicicleta. É preciso prosseguir este trabalho.*

*O transporte público que nós temos hoje é ligeiramente melhor do que o que tínhamos quando cá chegámos. Ligeiramente melhor porquê? Porque ajustámos três linhas. Uma que era a história mais inacreditável, não tínhamos nenhuma linha que passasse dentro do campus universitário. Ajustámos um circuito para passarmos a ter uma linha, das que têm mais fluxo, dentro do campus universitário. E mais duas adaptações que fizemos. Temos o que tínhamos e um bocadinho melhor. Lembram-se a última vez que o ferry e a lancha estiveram parados, semanas? Lembram-se? Lembram-se a última vez que os nossos trabalhadores fizeram greve porque não lhes pagavam o salário? Lembram-se da última vez? E isto é qualidade de vida. Isto é qualidade de trabalho, no caso dos nossos trabalhadores. Esta é a realidade objetiva, não vale a pena estar a pintar.*

*Temos a água mais cara do país! Esperem aí. O município de Aveiro paga a água mais cara da região de Aveiro há vinte anos, perdão, há vinte e cinco anos. Dois municípios da nossa região: Aveiro e Albergaria-a-Velha. Há seis anos quando começou o processo da harmonização tarifária e há dois anos que pagamos todos, os dez municípios da AdRA o mesmo tarifário de água. Agora fale com os municípios de Vagos que tiveram um crescimento violento no seu tarifário porque a água, no município de Vagos, era a mais barata de toda a nossa região. Tiveram um crescimento violento; nós não porque já estávamos no valor que serviu de referência à harmonização. Eu não estou a dizer que estava tudo errado no passado, que a água não devia ter sido assim. Mas esta é a nossa história. Na taxa de resíduos sólidos, aí sim, somos há muito anos os campeões nacionais com a taxa mais cara do país. Aí, sim. E foi connosco que começou a redução, este ano pela primeira vez, em quinze por cento de redução. Vamos prosseguir para termos uma redução muito forte nos próximos anos. Muito forte. Porque é que ela vai ser forte? Porque vamos fazer concurso e não vamos renovar o contracto que temos. Vamos fazer concurso e os indicadores que o mercado nos está a dar de outros concurso e outros municípios é que o custo vai para menos de um terço daquilo que nós estamos a pagar. É este tipo de trabalho que tem tido consequência e vai ter cada vez mais consequência na relação de qualidade de vida que nós temos.*

*Rita Batista, sabeis bem que no meu papel de Presidente de Câmara perante vocês e dirigente da ANMP que lutei, está escrito nas deliberações dos órgãos da ANMP e em posições públicas, com o meu governo, o governo do partido a que pertencço, lutámos para baixar o IMI. Fizemos tudo. O nosso Governo por motivos que justificou da forma que entendeu, com a herança, com a necessidade de reequilibrar as contas públicas, entendeu não deferir. Mas a luta continua e continua sempre quando a causa é importante. Só que já há seis meses não é o PSD que tem responsabilidades no Governo. Não é o PSD que faz os Orçamentos. E o PSD assumiu com clareza, podemos concordar ou discordar, que é partido da oposição. Quem tem que tomar medidas de governação é o Governo e a maioria parlamentar que sustenta o Governo. Eu sei que vocês, como são artistas, é conforme dá jeito. Eu sou do Governo vou para a esquerda, eu não sou do Governo vou para a direita, e ando aqui de finta em finta a tentar estar de bem com o Deus e com o Diabo, que é uma das novidades da vida política do Bloco porque só tinha pactos de estar bem com o diabo e agora, de vez em quando, procura estar bem com Deus. Porque governar é tomar decisões. Eu chamei diabo em estarmos contra as coisas e chamei deus às decisões positivas que temos que tomar para governar, não têm outro qualquer sentido as minhas palavras. O objectivo, aquilo que é objetivo, é que o Partido Comunista assumiu a proposta da ANMP e pô-la nas suas propostas de alteração à Lei do Orçamento do Estado que tinha a proposta do Governo em manter o valor nos zero cinco. A questão aqui não é quem votou, a gente sabe que na votação final o Bloco de Esquerda aprovou a proposta do Orçamento. É o processo negocial que está em causa. A ANMP reuniu com todos os partidos, fomos à Comissão Parlamentar, eu próprio estive na Comissão Parlamentar a discutir com os partidos todos e, portanto, sei bem o que cada um fez. E repito, foi pena que o Partido Socialista e o Bloco de Esquerda não tivessem apoiado a proposta do seu parceiro de Governo porque tínhamos passado a ter o IMI em zero quatro. Eu já disse há muito tempo que nós, para recuperarmos a nossa Câmara, não precisamos do IMI com uma taxa superior a zero quatro. Precisamos de zero quatro mas não precisamos de uma taxa superior a zero quatro. Isto é o factual. Agora, vós governais a nação e governar a nação eu sei que não é fácil porque tem um exercício de responsabilidade que tem que ser assumido.*

*Dr. Jorge Nascimento, achei-lhe graça. Considero V. Exa. não muito na matemática, aliás nada na matemática e nas finanças, mas acho-lhe graça e procura ser boa gente e dar um contributo positivo no seu exercício de cidadania, com certeza, e de política que vai tentando como pode. Numa situação que já homenageie aqui porque os dois líderes do seu Movimento renunciaram aos mandatos e V. Exa. assumiu a liderança do Movimento no combate política falando por outrem, o que eu acho admirável, Dr. Jorge Nascimento. Eu já o homenageie aqui, homenageio outra vez, porque os líderes do seu Movimento renunciaram ao mandato, forma-se embora, e V. Exa. é esforçadíssimo. Homenageio e volto a homenagear porque, de facto, o Movimento Independente deve-lhe tudo a si nesta memória de procurar dar razão. Estude a decisão da reforma do estacionamento pago que os líderes do Movimento Independente implementaram quando estiveram a governar. Granel total, tudo avulso, não há um documento, tudo ao monte fé em Deus. Podemos concordar ou discordar mas de documento estratégico... zero. Mas agora o meu amigo tem uma estratégia desenhada, apresentada, executada e à discussão. Vá ver bem. Dr. Jorge Nascimento tem a minha homenagem e a minha solidariedade democrática porque V. Exa. é um solidário, espero é que com a fortaleza de V. Exa. e do seu Movimento possa vir a assumir responsabilidades maiores no Movimento para nos encontrarmos em disputas futuras a bem do nosso estimado Município. Quanto às contas eu julgo que um encontro tranquilo, com os números à*

*frente, vai ajudar a termos todos as mesmas contas para não haver discussões para saber se o número é um ou é dois porque isso não interessa para nada.”*

**De seguida o Presidente da Mesa colocou à votação o Ponto 3 – Apreciação e votação da Prestação de Contas Consolidadas referente ao ano 2015, sendo o mesmo aprovado por maioria, com vinte e nove votos a favor (PSD13+CDS5+PS7+JPA4), zero abstenções e dois votos contra (BE+PCP1).**

Seguiram-se as declarações de voto dos Vogais:

Vogal António Moreira (PCP):<sup>047</sup>

*“O Voto contra do PCP de Aveiro não teve a ver com o documento técnico em si. Tem a ver com as opções políticas associadas à apresentação destas Contas e do que daí resulta. Daí o voto contra do Partido Comunista.”*

Vogal Rita Batista (BE):<sup>048</sup>

*“O Bloco de Esquerda faz das suas intervenções a declaração de voto.”*

**Ponto 4 – Designação do representante da Assembleia Municipal de Aveiro, para a Comissão Consultiva do processo de Revisão do Plano Director Municipal de Aveiro, nos termos da alínea d) do artigo 7.º da Portaria n.º 277/2015, de 10 de Setembro, com a necessária delegação de poderes nos termos do artigo 6.º da mesma Portaria.**

O Presidente da Mesa deu conhecimento ao Plenário da proposta<sup>049</sup> apresentada na Mesa pelos grupos municipais do PSD, CDS, PS e PCP, como sendo lista única, com o nome do Presidente da Assembleia, António do Pranto Nogueira Leite, para a Comissão Consultiva do Processo de Revisão do Plano Director Municipal de Aveiro, nos termos da alínea d) do artigo 7.º da Portaria n.º 277/2015, de 10 de Setembro, com a necessária delegação de poderes nos termos do artigo 6.º da mesma Portaria.

Continuando, anunciou o modo e a forma de se proceder à eleição<sup>050</sup> por escrutínio secreto. Feita a distribuição por todos os Vogais da Assembleia, dos boletins de voto adequados para o efeito, deu-se início à chamada nominal.

Concluído o processo de apuramento pela Mesa, verificaram-se os seguintes resultados:<sup>051</sup>

*Deram entrada na urna 31 votos:*

*Votos a favor: 25 (vinte cinco).*

*Votos em branco: 4 (quatro).*

*Votos contra: 2 (dois).*

**Foi declarado o Presidente da Assembleia Municipal, António do Pranto Nogueira Leite, como representante da Assembleia Municipal de Aveiro, na Comissão Consultiva do Processo de Revisão do Plano Director Municipal de Aveiro, com a necessária delegação de poderes nos termos do artigo 6.º da Portaria n.º 277/2015, de 10 de Setembro.**

## **PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO**

O Presidente da Mesa informou o plenário que para este período regimental não existia nenhum munícipe inscrito.

**Não havendo mais intervenções, o Presidente da Mesa, nos termos do n.º 3, do artigo 57.º do anexo I, da Lei 75/2013, de 12 setembro, colocou à deliberação do plenário a aprovação em minuta da ata respeitante a esta reunião da sessão, não se verificando oposição.**

**Depois de lida, a acta em minuta foi colocada à discussão,<sup>043</sup> não se verificando intervenções. Submetida à votação foi a mesma aprovada por unanimidade, cujo texto se anexa, fazendo parte integrante da presente acta.**

**Nada mais havendo a tratar, o Presidente da Mesa deu por encerrada a Sessão Ordinária Junho.**

**Eram 24:00 horas do dia 24 de Junho de 2016.**

**Para constar e devidos efeitos se lavrou a presente acta, que tem como suporte gravação digital de tudo quanto ocorreu na respetiva reunião, nos termos do disposto no artigo 46.º do Regimento, e vai ser assinada pelo Presidente da Assembleia e por mim, Manuel Cartaxo, trabalhador municipal no sector de apoio à Assembleia, que a elaborei nos termos legais.**

(03:30)